



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Assembleia Municipal

**ATA Nº02/2016**

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS. -----**

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezasseis, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte:-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo A)-----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº01/2016 referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2016.02.29. -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente. -----

----- **01.03** – Assinatura do protocolo de doação de acervo documental e bibliográfico do Doutor António Rodrigues Baptista ao Município de Ourém. Menção pública de agradecimento.

----- **01.04** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º2 do art.º25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **01.05** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** – (grelha Anexo 2-B)-----

----- **02.01** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município referentes ao ano económico de 2015. -----

----- **02.02** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao pedido de isenção de taxas solicitado pela União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais. -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao pedido de isenção de taxas solicitado pela Freguesia de Seiça. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao pedido de isenção do pagamento da tarifa de ligação ao sistema de drenagem de águas residuais do concelho de Ourém, Freguesia de Seiça. -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao pedido de isenção de taxas solicitado pela Montamora Sport Clube – Associação Desportiva, Recreativa e Cultural. –

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao acordo de geminação entre o município de Ourém e o município de Selçuk, Turquia. -----

----- **02.07** – Reconhecimento de interesse público municipal da obra de beneficiação do cruzamento entre a E.R.349 e a E.M.523, em Ventilharia – Olival. -----

----- **02.08** – Eleição de um representante das juntas de freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal. -----

----- **02.09** – Período de intervenção aberto ao público. -----

----- Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Adão Moura Vasconcelos -----

----- Alberto José Pires Caveiro -----

----- Ana Cristina Sousa Aquino Gonçalves Gameiro -----

----- António Francisco dos Reis Gonçalves -----

----- António Henriques Pereira -----

----- António Ribeiro Gameiro -----

----- Armando Vieira Cardoso -----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----

----- Custódio de Sousa Henriques -----

----- Deolinda de Jesus Lopes Simões -----

----- Elias Dias da Silva -----

----- Fernando de Oliveira Ferreira -----

----- Fernando Dias Silva -----

----- Humberto António Figueira da Silva -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

- Humberto Luís Ferraz Antunes -----
- Joana Teresa da Graça Varela Calado Portugal -----
- José Ferreira Vieira -----
- José Simões Marques -----
- Júlio Manuel Lopes Henriques -----
- Luís Alexandre Serras de Sousa -----
- Luís Pereira de Oliveira -----
- Luís Ricardo Frutuoso Vieira -----
- Manuel Dias das Neves -----
- Manuel Lourenço Dias -----
- Maria Aurora Mendes de Sousa -----
- Nuno Miguel Neves dos Prazeres -----
- Virgílio Antunes Dias -----
- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo camarário que, em cumprimento do n.º 1 e n.º3 do artigo 48º, da Lei n.º169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) fez-se representar, conforme se passa a especifica: -----
- Senhor Presidente da Câmara:-----
- Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca.-----
- Senhores Vereadores em regime de permanência: -----
- Maria Lucília Martins Vieira. -----
- Nazareno José Menitra do Carmo. -----
- Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----
- João Paulo Pina Rebelo. -----
- José Manuel Dias Poças das Neves. -----
- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa. -----

----- Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal informou o seguinte: --

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, fez-se substituir: -----

----- Presidente de Junta de Freguesia de Espite, senhor Filipe Manuel Marques Baptista, fez-se substituir pelo Tesoureiro senhor **Manuel Salvador Pereira da Graça**. -----

----- Presidente de União de Freguesias Freixianda, Ribeira do Fárrio, Formigais, senhor Rui Manuel Simões Vital, fez-se substituir pelo Secretário senhor **Abílio Gameiro Rodrigues**. -

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira, eleita na lista do Partido Social Democrata – PPD/PSD foi substituída pelo senhor **Filipe de Frias Antunes da Graça**. -----

----- Filipe Borges Cortez, eleito na lista do Partido Social Democrata – PPD/PSD foi substituído pela senhora **Maria Clara Vieira de Oliveira Neves**. -----

----- João Manuel Moura Rodrigues, eleito na lista do Partido Social Democrata – PPD/PSD foi substituído pelo senhor **Valdemar Pinheiro de Oliveira**. -----

----- Sandra Isabel Nunes da Silva Borges de Freitas, eleito na lista do Partido Popular - CDS/PP foi substituída pelo senhor **Pedro Marto Pereira**. -----

----- Sérgio José Ferreira Ribeiro, eleito na lista CDU – Coligação Democrática Unitária PCP – PEV foi substituído pelo senhor **João Filipe Mendes de Oliveira**. -----

----- De imediato, deu-se início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos estabelecida. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**01.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº01/2016 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 2016.02.29.** -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Aberto o período de intervenções, não se registou qualquer pedido por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a mesma aprovada por maioria, com sete abstenções dada a ausência na sessão.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.**-----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

----- Comunicação da Associação Social e Cultural de Fontainhas agradecendo a presença da senhora Presidente da Assembleia aquando da comemoração do 16.º aniversário desta associação. -----

----- Comunicação da LCA – Leal, Carreira & Associados SROC remetendo o Parecer Anual Auditor Externo. -----

----- Comunicação do Partido Ecologista “Os Verdes” dando a conhecer o Fórum Ecologista sobre “O ciclo da cortiça – do montado à nossa casa”, a ter lugar no dia 14 de maio 2016, na Casa do Alentejo, em Lisboa. -----

----- Comunicação do Partido Ecologista “Os Verdes” dando a conhecer o projeto de resolução apresentado na Assembleia da república, relativo ao serviço de saúde das populações abrangidas pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

### 01.03 – ASSINATURA DO PROTOCOLO DE DOAÇÃO DE ACERVO DOCUMENTAL E BIBLIOGRÁFICO DO DOUTOR ANTÓNIO RODRIGUES BAPTISTA AO MUNICÍPIO DE OURÉM. MENÇÃO PÚBLICA DE AGRADECIMENTO. -----

----- Tomando a palavra, a senhora PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu a presença do Professor Doutor António Rodrigues Baptista que se fez acompanhar pela sua esposa, a fim de ser celebrado um protocolo, entre o Professor Doutor António Rodrigues Baptista e o Município de Ourém, fixando os termos de doação do seu fundo documental e bibliográfico particular, para integrar a biblioteca, o arquivo e museu municipais de Ourém. -----

A senhora Presidente da Assembleia sublinhou que o Doutor António Baptista é um ourense que ama a sua terra, tendo dedicado grande parte da sua vida a Ourém, deixando fortes marcas que lembram o passado, mantendo viva a imagem da história de Ourém. Conforme disse, esta doação configura um gesto magnificante que merece um agradecimento sincero. ---

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL sublinhou a sua estima, amizade e consideração que tem pelo Doutor António Baptista, sentindo-se muito honrado em dar-lhe esta palavra de homenagem, pois, a doação de uma grande parte do seu acervo, da sua coleção de vida, consubstancia, nos dez mil livros, um gesto de nobreza extraordinário que, agradece em nome do município e do concelho com a solenidade que a Assembleia Municipal lhe confere. -----

Referiu ainda que este gesto de doação é um exemplo de altruísmo, de dádiva à causa pública, de amor à terra, de regresso às origens, como quem diz *«Fui pelo mundo. Estive em um pouco por todo o lado a conquistar um prestígio e uma sabedoria e volto às minhas origens para, de alguma forma, dividir por todos aquilo de que sou feito nas letras, nas artes, na solidariedade e no amor à minha terra.»* -----

Lembrou ainda um outro exemplo de altruísmo, de dádiva à comunidade quando ajudou a formar a Universidade Sénior que liderou durante muitos anos e que integra todos os dias com uma paciência para ultrapassar os obstáculos que vão surgindo e uma resistência intelectual notável para poder chegar a um patamar de outra dimensão na área desta função. -----

Por tudo isto, e em nome do município, mais uma vez manifestou a sua gratidão. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

= HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES, em nome do grupo municipal Social Democrata, expôs o seguinte: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhor Professor Doutor António Baptista e Esposa -----

O grupo municipal do PSD associa-se ao agradecimento que o senhor Presidente da Câmara Municipal fez ao senhor Professor Doutor António Baptista pela doação que fez do seu espólio documental e bibliográfico particular à biblioteca e arquivo municipais de Ourém. -----

O grupo municipal do PSD dá um grande bem haja ao senhor Professor pela atitude altruísta em favor do município de Ourém. -----

Muito obrigado” -----

= JÚLIO MANUEL LOPES HENRIQUES, em nome do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhor Professor Doutor António Rodrigues Baptista -----

Excelentíssima sua esposa, Dr.ª Graciete Baptista -----

Permitam-me que aqui cite, relativamente à minha pessoa e ao Doutor António Baptista, o facto de estarmos unidos por alguns laços familiares. -----

Saúdo V.ª Ex.ª e sua excelentíssima esposa. -----

Não vou repetir as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal que, muito bem, aqui transmitiu a esta Assembleia Municipal. -----

Relativamente a V.ª Ex.ª congratulo-me por esta forma desprendida que V.ª Ex.ª teve de doar ao concelho o seu acervo documental e bibliográfico. A minha palavra, como oureense, é um grande obrigado.” -----

= NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES, em nome do grupo municipal do CDS/PP, expôs o seguinte: “O grupo municipal do CDS/PP agradece ao Doutor António Baptista e esposa pelo defender da cultura. A cultura é sempre jovem e o saber não tem idade. -----

Um agradecimento, de futuro, para todos os oureenses.” -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

= JOSÉ FERREIRA VIEIRA, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Coube-me a mim agradecer ao Doutor António Baptista, embora considere que não seria a pessoa mais indicada para o fazer pois sou oriundo da proximidade da terra do Doutor António Baptista. -----

O Doutor António Baptista e sua esposa, é um casal que conheço há longo tempo e reconheço as suas qualidades humanas e cívicas, escrevendo um pouco da história do concelho. -----

Regozijo-me por estar a dirigir-lhe estas palavras e também por ter doado à biblioteca da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade um pouco do seu espólio, o que desde já também agradeço, embora publicamente nunca o tenha feito. -----

Cabe-me agora agradecer a doação dos cerca de seiscentos livros que deixou para a biblioteca da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade. -----

Sei que o senhor e sua esposa foram os mentores e criadores da Universidade Sénior de Ourém que, desde o início também participei e notei a sua vivacidade e a sua alegria em fazer este gesto humanista para os mais novos na era, criando um momento de cultura, de aprendizagem e convívio para todos aqueles que com mais de cinquenta anos a frequentam. –

Por tudo isto, considero que Ourém, a freguesia de Nossa Senhora da Piedade e mesmo todo o concelho estejam gratos porque a universidade não é para a freguesia mas para todo o concelho. O concelho é-lhe grato por esta iniciativa. -----

Em nome particular e em nome da bancada do Partido Socialista, agradeço esta dádiva ao concelho de Ourém.” -----

----- Tomando a palavra o PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO RODRIGUES BAPTISTA expôs o seguinte: “É uma promessa de há 35 anos, no dia 20 de setembro de 1980. -----

Estando na presença do senhor Presidente da Câmara Municipal Professor Mário Albuquerque, do senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Francisco Pereira de Oliveira e senhores Vereados, envolvidos no oitavo centenário do primeiro foral de Ourém, comentamos que era preciso criar em Ourém uma biblioteca, um arquivo, um museu, etc, coisas básicas necessárias para a cultura do nosso concelho. Entretanto tinha envidado alguns esforços junto de pessoas amigas interessadas neste projeto de criar uma biblioteca. E, eu, nesse dia 20 de



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

setembro de 1980, perante estes senhores disse «*eu mais tarde ou mais cedo ofereço a minha biblioteca pessoal ao município de Ourém, ao concelho de Ourém*». -----

Na altura tinha cerca de quatro mil livros disponíveis, acharam bem e ousada a ideia. O tempo foi passando. Fui para Macau. E entretanto a minha biblioteca passou para dez, doze, quinze mil volumes. -----

A oportunidade de doar foi passando e agora, os anos passam, a noite cai sobre nós e o entardecer da vida está aí. Penso que esta é a oportunidade e agradeço muito ao senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores Vereadores a oportunidade de estar aqui hoje. ----

Agradeço também à senhora Presidente da Assembleia Municipal por me ter dado a palavra. –

Irei terminar, serei breve mas, se me permitem, gostava de recordar aqui, hoje, três pessoas que também serviram esta Câmara Municipal em diferentes momentos da vida e muito me incentivaram nas minhas pesquisas ao longo dos anos em torno da história ourensense. -----

Foram essas três pessoas e cito o nome delas porque o merecem. Há outras, mas fixemos estas três. O senhor Joaquim Marcelino Espada, Vice Presidente do Conselho Administrativo desta Câmara Municipal em 1975, com quem passava tardes inteiras em conversas de ordem histórica e falando dos problemas de Ourém. Lembrar o senhor Francisco Pereira de Oliveira, de Fátima, foi Presidente da Assembleia Municipal em vários mandatos. Fomos amigos, colaborámos e até fizemos um livro em conjunto. Uma pessoa impressionante e estimulante para me incutir o amor pela história do concelho. E, peço muita licença para invocar o nome do meu pai, o meu saudoso pai, senhor José Baptista, que me ensinou a ler e que também ele veio a ser vogal do antigo conselho municipal da Câmara de Ourém, nas décadas de quarenta e cinquenta. -----

Sobretudo, foram estas três pessoas. São elas que nesta tarde, a minha memória e a minha gratidão aqui ficam plasmadas perante vós. -----

Agradeço, tanto eu como a minha mulher, ao senhor Presidente da Câmara Municipal as palavras gentis e aos seus ilustres Vereadores. -----

Agradeço também a atenção da distinta Professora e amiga Deolinda Simões. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Agradeço ao senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores que nos facultem uma ou duas salas adequadas para eu começar a colocar os meus livros e os meus documentos. -----

Agradeço a atenção de todos os estudiosos de todo o concelho e também de outros eventuais interessados. -----

Muito obrigado pela atenção de todos e por este momento. Uma boa tarde de trabalho para todos. -----

Muito obrigado” -----

----- Seguiu-se uma salva de palmas agraciando o Professor Doutor António Rodrigues Baptista. -----

----- Tomando a palavra, a senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu mais uma vez o gesto nobre de doar ao município este espólio e bem assim as palavras proferidas pelo Professor Doutor António Baptista. -----

Agradeceu também a todos pela disponibilidade, permitindo dar a este momento um sentimento de gratidão. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

**01.04 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º2 DO ART.º25º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º2 do artigo 25.º, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: -----

**COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE:** “Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal, -----

**Exmo(a)s. Sr(a)s. Secretários** -----

**Exmo(a)s. Sr(a)s. Deputados Municipais** -----

**Exmos Srs. Vereadores e Exmas Sras. Vereadoras** -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

**Exmos. Membros da Comunicação Social** -----

**Exmo. Público Presente** -----

Saúdo-vos a todos, nesta sessão que aqui nos trás para uma agenda de temáticas bem diferentes o que, de alguma forma, sublinha as dinâmicas múltiplas que hoje o município de Ourém acolhe. -----

Junto-me aos membros desta Assembleia, com gosto, na menção pública e ao agradecimento que hoje fazemos ao Doutor António Rodrigues Baptista e também, e naturalmente, à sua família. -----

Conheço este ilustre Oureense desde os meus tempos de criança e tenho muito orgulho em reconhecer nele um expoente elevadíssimo de craveira cultural, com obra publicada e intervenção respeitada, detentor desse orgulho Oureense que tanta falta faz à construção do futuro. -----

Bem haja pelo seu gesto altruísta e pela sua devoção às causas de Ourém. -----

É hoje aqui apresentado a V. Exas. o relatório de gestão e a prestação de contas do município referentes ao ano económico de 2015. Há sempre muitas formas de encarar estes relatórios e sobretudo a prestação de contas, na qual a “fotografia” do dia 31 de Dezembro do ano passado pode ou não ser elucidativa do “filme” de todo o ano. Há quem veja o óbvio e quem insinue o seu contrário, há quem reconheça resultados e quem os não reconheça. -----

Mas há coisas que não podem ser esquecidas: o Município de Ourém foi reconhecido como o nono do país que mais baixou a dívida; paga hoje aos seus fornecedores num prazo curtíssimo, não tem dívidas em atraso e pode aceder aos fundos comunitários sem qualquer hesitação, já que tem uma folga de muitos milhões na sua capacidade de endividamento. -----

Este documento evidencia, pois, a recuperação financeira do Município. E tal deve-se à coragem de enfrentar os problemas com realismo, propondo um Plano de Ajustamento Financeiro, o qual foi aprovado pelos órgãos autárquicos e visado pelas instituições nacionais, como é do conhecimento desta Assembleia Municipal. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

E recordo que, contrariamente ao que se diz nalguns fóruns, o Município de Ourém apenas aderiu ao PAEL para evitar represálias na decisão de contratar aquilo que era, e é, essencial mas que tinha previsão de penas duríssimas na Lei, apesar de ser essencial. -----

A forma que encontrámos para evitar este tipo de represálias foi aderir ao PAEL dois meses antes de serem conhecidas as suas regras e arriscando tudo para que o Município pudesse funcionar. -----

Lembro, por exemplo, que durante todo este tempo de crise, em que soubemos resistir com tenacidade, o governo anterior como “prémio” do bom caminho contabilístico do Município de Ourém, nos aplicou uma “multa” de 1,5 milhões de euros, ou seja fez-nos contribuir para Fundo de Apoio Municipal (FAM) e assim veio penalizar os municípios que têm um bom desempenho financeiro para ajudar aqueles que o não fizeram. Basta pensarmos que, se tivéssemos mantido as contas no estado em que as recebemos, não teríamos de pagar para o FAM e, ao contrário, teríamos direito a receber ajuda daquele fundo. Ou seja, as coisas em Portugal são muito claras: o mérito, ao invés de ser premiado é penalizado. -----

E quero recordar que ainda hoje nos caem em cima novas contas para pagar, apesar de terem passado 6 anos de mandato e de as mesmas contas se referirem a anos anteriores, como foi o caso da conta superior a 250.000 € que agora nos foi aplicada em sentença, referente a facturas da recolha de resíduos sólidos urbanos realizada entre 2001 e 2005. -----

No mesmo processo judicial a empresa de recolha de resíduos sólidos, pretendia a prorrogação do contrato vigente por um prazo de 5 anos, baseando-se em interpretações de direito do contrato em vigor. -----

Era entendimento do Município e da nossa assessoria jurídica que assim não seria, aliás ainda há bem pouco tempo tínhamos solicitado à Câmara municipal e a esta Assembleia a autorização para a renovação do contrato, apenas por mais um ano. -----

Pois bem, sinto-me vencido nesta componente do prazo, mas o interesse do Município foi assegurado na redução de mais de 400.000 euros a pagar e estou certo que as nossas reivindicações darão mais benefícios aos Munícipes nos próximos tempos. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

### Assembleia Municipal

Apesar de tudo, hoje apresentamos, com orgulho, contas sãs e equilibradas e, perdoem-me mas temos muito orgulho nisso. -----

Pensávamos, todos os Oureenses, que tínhamos uma espécie de fatalismo – o de vivermos com um endividamento de tão grande dimensão como aquele que herdámos ... mas como verificamos, foi possível, com grande esforço de todos, e apesar da crise que se abateu sobre o país, equilibrar as contas e, dessa forma, garantir um futuro de progresso para o concelho. Assim, saibamos continuar uma política de rigor e de recuperação das dificuldades estruturais do concelho. -----

Gostaria ainda de sublinhar, por exemplo, que hoje o Município de Ourém possui o activo bruto mais elevado de todo o distrito de Santarém (278.862.830 euros) e apresenta na sua contabilidade um montante de amortizações superior a 11 milhões de euros, o que representa cerca do dobro dos restantes municípios (vide quadro da página 263 do Relatório de Gestão 2015). Sendo uma opção técnica, a inscrição de custos com amortizações não deixa de se constituir num bom exemplo de gestão, prevenindo o futuro com tranquilidade e mantendo uma consciência vigilante de que todos os equipamentos se degradam e precisam com regularidade de ser substituídos. -----

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, -----

Realizamos esta Assembleia Municipal num tempo de viragem, num tempo em que começam a ser publicados avisos de candidaturas ao Portugal2020 e em que, mercê da actual estrutura financeira do Município, nos encontramos em condições de poder experimentar um novo impulso de intervenções públicas. Em todas as áreas. -----

Sublinho, alguns exemplos: -----

Foi aprovado o PEDU para Ourém com um apoio financeiro de 5,5 milhões de euros. Nesta matéria, gostaria de informar a Assembleia de que, tendo surgido a hipótese anteriormente não prevista, de incluir a obra de qualificação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira neste pacote, atrasámos um pouco o processo para o podermos fazer. E informo agora que, em boa hora o fizemos, apesar do risco, pois, de facto, esta importante obra foi incluída e é considerada elegível neste pacote financeiro. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Foi aprovada a ITI Médio Tejo e saíram, já, alguns avisos aos quais iremos aceder. São exemplos, uma candidatura em curso para a reconversão escolar em Caxarias e intervenções no Castelo de Ourém. -----

Ao mesmo tempo, o ritmo de realizações do Município não pára. -----

Tivemos recentemente a Edição 2016 do Cenourém, a Feira do Livro 2016 com a presença de escritores e demais animações literárias em quase todos os dias, espectáculos diversos no Cine Teatro, as Comemorações do 25 de Abril, a Feira dos Produtos da Terra, entre muitos outros eventos que têm demonstrado a vitalidade Municipal em diversas frentes de intervenção. Por exemplo, a implementação do Transporte a Pedido, para além da dimensão social de que se reveste, contraria a tendência actual de desertificação dos interiores...e também do interior das freguesias do concelho. -----

Ao mesmo tempo, demos avanço à internacionalização do Município com a preparação do Encontro Ourém Minas a realizar de 28 de Junho a 2 de Julho próximos no Centro de Negócios, para o que convido, desde já, todos os membros da Assembleia Municipal. -----

Recentemente fizemos uma nova etapa deste grande evento, para a qual contei com a colaboração e ajuda do Deputado António Gameiro. Neste momento estou em condições de referir que estarão entre nós vários membros do governo daquele estado, cerca de 30 empresas, música tradicional e gastronomia tradicional Mineiras. -----

Ainda neste capítulo, e sempre com o mesmo empenhamento, Ourém terá um stand próprio no Salão do Imobiliário e Turismo de Paris e dará passos de aproximação com a Turquia, através da geminação prevista com a cidade de Selçuk, conforme é proposto a esta Assembleia. -----

Quero deixar uma palavra de preocupação solidária quanto à insegurança que se vive nos Colégios de Fátima, em face de um Despacho Normativo agora publicado, na sequência do DL nº 76/2012, e informar a Assembleia de que, no passado dia 17, fiz chegar uma carta de profundo protesto e chamada de atenção ao Senhor Primeiro Ministro a propósito desta norma que temos de combater todos juntos. Vêm aí, portanto, tempos de combate para o qual temos de estar bem preparados. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Reitero, pois, o meu apelo à coesão no Município, de todos os seus responsáveis. E lembro de que, tal como fiz no passado, o facto de ter mudado o governo não altera uma vírgula ao meu empenhamento na defesa dos interesses do concelho de Ourém. -----

Será, e tem sido assim, em matérias tão diversas como a Educação, a saúde, as estradas ou qualquer sector. -----

E recordo que, somente a unidade na acção, poderá ambicionar resultados positivos. Por exemplo, a luta recente a propósito da oferta educativa para o concelho, onde se repetiram as mesmas sérias discussões nas reuniões apropriadas, tal como no ano anterior, mereceram uma única voz do concelho, Câmara, Colégios, Escolas....todos falámos no mesmo tom e com a mesma coesão. -----

Não posso deixar de sublinhar este sentido de responsabilidade que gostaria de ver alargado a outros sectores. -----

Quero ainda deixar o meu apreço aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia pela forma como têm sido cooperantes e positivos e pelo seu empenhamento na aplicação dos fundos que o Município lhes tem atribuído para os contratos de manutenção de vias. E quero dizer-lhes que, brevemente, muito brevemente, terão um reforço de condições financeiras para melhorarem mais as estradas nas suas freguesias. O concelho precisa, as freguesias precisam e hoje podemos fazê-lo com outra folga depois destes anos de sacrifício duro. -----

Finalmente, um convite a todos os presentes, para a abertura do posto de atendimento a turistas em Fátima, que ocorrerá no próximo dia 6 de Maio, pelas 10H30, com a presença da Senhora Secretária de Estado do Turismo, Ana Mendes Godinho.” -----

----- Foram ainda remetidos os relatórios abaixo descritos, tendo os mesmos sido enviados a todos os membros constituintes do plenário (em anexo à ata) -----

- Anexo A – Divisão de Tecnologias, Informação e Comunicação -----
- Anexo B – Divisão de Atendimento ao Múncipe e Ativos Humanos -----
- Anexo C – Divisão de Gestão Financeira -----
- Anexo D – Divisão de Obras Municipais -----
- Anexo E – Divisão de Ambiente e Sustentabilidade -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

- Anexo F – Divisão de Gestão Urbanística -----
- Anexo G – Divisão de Ação Cultural -----
- Anexo H – Divisão de Educação e Assuntos Sociais -----
- Anexo I – Subunidade Orgânica do 3.º Grau de Relações Institucionais e Comunicação -----
- Anexo J – Subunidade Orgânica do 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso -----
- Anexo L- Subunidade Orgânica do 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos -----
- Anexo M – Projeto “Ourém 2020” -----
- Anexo N – Projeto “Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017” -----
- Anexo O - OurémViva, E.M., S.A. -----
- Anexo P – Serviços de Assessoria, Planeamento e Coordenação -----

----- Foram ainda remetidos os documentos a seguir referidos, os quais foram enviados aos representantes dos grupos municipais com assento neste órgão deliberativo (arquivados na pasta inerente à sessão) -----

- Processos judiciais -----
- Processos de contra-ordenação impugnados judicialmente -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS/PP, expôs o seguinte: “Volto a colocar as mesmas questões que fiz no passado. -----

- Gostaria de saber quando é que a situação da Avenida Dom Nuno Álvares Pereira fica resolvida. Saber de quem é a responsabilidade das obras para se resolver a situação. -----

- Saber quando é que a estrada de Minde é arranjada. Estamos a falar da zona entre a rotunda das oliveiras até à entrada do município de Alcanena. Sabendo ainda que esta é também uma zona de ligação à A1 norte para quem vem de sul. -----

- Para quando está previsto o arranjo das quatro ligações a Fátima. Estamos a menos de um ano da vinda de Sua Santidade, o Papa aquando do centenário de 2017. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

- Uma outra questão tem a ver com a Avenida Beato Nuno. Chegaram-me algumas atenções sobre os semáforos que se encontram no corte para o Continente. Pediram para dizer que as passadeiras foram requalificadas mas não estão preparadas para as pessoas com mobilidade reduzida. As cadeiras de rodas não têm como passar nas passadeiras. Além disso, os autocarros não têm espaço suficiente para chegarem do lado direito no semáforo quando se vai de norte a sul, o espaço é reduzido. Também os terrenos confiantes com a Avenida não têm o tratamento adequado e durante o inverno caem lamas e o mato não é cortado, configurando uma situação no centro da cidade que é preocupante. -----

- Por último, falo nos Caminhos de Fátima. Como não temos outro tipo de acesso a Fátima, a não ser rodoviário, não existe uma sinalização adequada para o efeito. Já houve algumas juntas que tentaram colmatar esta situação mas não é suficiente. Deveria existir uma estrutura única para o concelho. Quem vem de perde muito tempo porque não sabe como se dirigir a Fátima e depois para sair de Fátima para visitar outros locais do concelho. As pessoas acabam por andar perdidas sem saberem onde se dirigirem.” -----

= **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA** expôs o seguinte: “Gostaria de colocar duas questões: -----

- O jornal Notícias de Ourém noticiou que o município tinha um pacote de seis milhões de euros para investimentos no concelho, sendo que até esta data as obras já executadas constam em um vírgula sete milhões de euros. Pergunto, quais foram as obras já contempladas com um vírgula sete milhões de euros. -----

- Uma segunda questão, já é crónica e vem de uma promessa eleitoral. Em que ponto estamos no que respeita à revisão do Plano Diretor Municipal. Estamos a falar do Plano Diretor Municipal; do Plano de Urbanização de Ourém; Plano de urbanização de Fátima.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de representante do grupo municipal Socialista, expôs o seguinte: “Gostaria de congratular-me com a intervenção do senhor Presidente da Câmara e com a informação que nos deu, uma informação genérica mas que retrata aquilo que aconteceu nos últimos dois meses no concelho. -----

Gostaria de colocar duas questões ao senhor Presidente: -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

- Foi-nos aqui apresentado um orçamento que muita gente criticou e, na altura não se sabia nada sobre o orçamento de estado nem se haveria ou não fundos comunitários. O governo não executou nada nem abriu um único aviso para as câmaras municipais poderem concorrer e passou um ano e meio desde que o quadro comunitário abriu, desde um de janeiro de 2014. ---

O senhor Presidente fez aqui um exercício orçamental e pediu-nos um voto de confiança nesse orçamento e nós estávamos na expectativa de perceber o porquê. Já vimos em parte que o senhor Presidente foi astuto e inteligente porque só na obra da avenida, ao esperar e não lançar logo o concurso e ao cabimentar uma verba mais pequena do que aquela que se dizia, poupou aqui cerca de um milhão cento e poucos mil, uma vez que a obra estava orçamentada em um milhão e quinhentos ou seiscentos mil euros. -----

Também acho muito bem que o senhor Presidente reforce a delegação de competências nas juntas de freguesia e ajudar a resolver muitos problemas crónicos que nós temos no nosso concelho na rede viária, o que é muito importante. -----

A questão que coloco é que o senhor Presidente esclarecesse melhor o que é isto do PEDU. Fala do PEDU e de cinco milhões e meio de euros mas só fala de uma obra. Era importante que soubéssemos quantas obras é que estão nesta verba, onde e quais os projetos que sustentam esse PEDU. -----

- Uma segunda questão tem a ver com o facto de encontramos o município de Ourém numa situação até elogiada internacionalmente. Sabemos que é um sítio bom para viver no distrito de Santarém. Mas também nunca foi mau. Mesmo nos últimos quinze anos, nos estudos internacionais que foram publicados, o concelho de Ourém nunca foi um mau destino para viver. -----

Assim, gostava de perguntar ao senhor Presidente da Câmara se já interpelou a Associação Nacional de Municípios Portugueses, onde faz parte da direção, e o governo sobre o FAM porque este FAM é uma vergonha. Aqueles que cumprem e fizeram sacrifícios para pôr as contas municipais no sítio, agora têm de pagar para aqueles que não cumpriram, estando estes agora a receber o dinheiro que os outros pouparam. Isto configura uma situação que deve ser alterada na Lei das Finanças Locais e que deve merecer uma tomada de posição fortíssima



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

dos autarcas da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Eu, enquanto autarca local de Ourém não me revejo nada neste tipo de políticas. Disse-o na altura aqui que este era um erro estrondoso. Agora que o governo é apoiado por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, o senhor Presidente tenha a coragem de chamar a atenção de que esta situação tem de ser mudada.” -----

= **HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES**, em nome do grupo municipal Social Democrata, expôs o seguinte: “ESTRADA MUNICIPAL 525 -----

Agora que o Sr. Presidente da Câmara apregoa aos sete ventos que a situação financeira da autarquia é salutar e que existe capacidade financeira para realização de obras, -----

Pergunta-se, então, para quando uma intervenção na EM 525, Estrada Municipal que liga Rio de Couros ao Agroal, quando mais uma época balnear se aproxima e sem que se saiba para quando a intervenção na dita estrada?” -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “Congratulo-me também com as boas notícias que o senhor Presidente aqui anunciou, nomeadamente, com a saúde financeira do município. Fico contente mas gostava que houvesse uns centavos a menos nessa situação financeira e que alguns alcatroamentos tivessem acontecido na minha freguesia. Enquanto que há freguesias que vão na segunda ou terceira etapa de alcatroamento, nós ainda estamos à espera da primeira grama de alcatrão. -----

- Volto a falar no Grupo Sandoeirense. Estive no local com o encarregado da Câmara e fiquei preocupado quando me perguntaram quanto dinheiro é que a junta tinha para esse alcatroamento. Evidentemente que temos uma situação financeira positiva mas infelizmente para esse trabalho temos zero porque depois de tantas promessas e, se nos é permitido exigir, exigimos que seja a Câmara a cumprir a promessa que tem feito até aqui, não só a mim mas também ao Grupo Sandoeirense. Gostava de na próxima reunião da Assembleia poder agradecer o trabalho já feito. -----

- Uma outra questão já habitual tem a ver com a preocupação já manifestada pelo colega Humberto, ou seja, a EM 525. Esta também é uma promessa desde o tempo do outro executivo. Por tudo o que o Agroal representa, a nossa jóia da coroa do norte do concelho que



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

é visitada por muita, muita gente no verão e até pelos residentes, começa a ser tempo de cumprir esta promessa pois, já merecemos a requalificação desta estrada. -----

- Uma outra questão já habitual, tem a ver com a ER 356. Porque na última reunião da Assembleia levantou-se a possibilidade de, após novas conversações, chegaríamos finalmente a um entendimento. Repito, tenho 18 anos à frente da Junta de Freguesia, primeiro Rio de Couros e agora a União e ando à procura de saber quem é o “pai da criança”. Daqui a um ano e meio vou embora e gostaria de poder dizer à população que a ER 356 seria requalificada. ----

- Mais uma preocupação do costume. Questiono se o saneamento básico poderá ou não haver candidatura ao Portugal 2020 porque, como sabemos, sem esse apoio as obras serão muito, muito difíceis. -----

- Por fim, volto a referir que já vai sendo tempo da estrada dos Engenhos e da estrada da Ribeira de Rio de Couros terem o asfaltamento há muito prometido.” -----

= **VALDEMAR PINHEIRO DE OLIVEIRA** expôs o seguinte: “Em 2010, o senhor Presidente usou do seu direito de rescisão e enviou uma carta à atual empresa que faz a recolha e limpeza urbana no concelho, a informar de que pretendia fazer a rescisão do contrato. Depois, foi feita uma prorrogação do contrato, fez-se um novo contrato porque se rescindiu, a dizer que havia contrapartidas e que estas suplantavam essa questão, nomeadamente, duma eventual dívida que já ascendia aos seiscentos mil euros. Pressuponho que seja esta. Por outro lado, relativamente ao reforço na limpeza do Agroal. Agora vem o senhor Presidente dizer que através do Tribunal Arbitral houve um perdão de juros quando deveria haver um perdão geral, pois aparentemente isso estava acordado na renovação desse contrato. -----

Penso que já foi feito o contrato. Que contrato é esse? Porque não recorremos ao Tribunal Comum porque provavelmente com o perdão dos juros deveríamos ter também o perdão do valor de duzentos e cinquenta mil euros de trabalho que não estava faturado, até porque essa fatura só aparece em 2011. Se não foram reconhecidos anteriormente, porque razão só o foram em 2011? -----

Por outro lado, há duas situações caricatas neste processo. Porque é que a própria funcionária da Câmara, chefe de divisão, foi testemunha da empresa e não da Câmara Municipal, no



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

sentido de defender os interesses da Câmara, obviamente sem faltar à verdade, mas defendendo efetivamente a Câmara Municipal e o Município de Ourém. -----

Por outro lado, esse contrato foi feito numa anterior empresa e o gerente nunca foi ouvido nesse processo, portanto, se ele assinou esse contrato tinha de ser chamado nas alegações do Tribunal Arbitral e atestar ou não a veracidade dos serviços realizados e dos valores debitados passados 10 anos. -----

Qual o valor do contrato que agora foi assinado? Foi feito com base na prorrogação já efectuada pelo Sr. Presidente em 2010? Qual o preço da tonelada a pagar para a recolha? -----

O senhor Presidente sabe que para se reduzir o défice tarifário nesta área, de duas uma, ou temos de aumentar a fatura aos munícipes ou então temos de reduzir a despesa. O que acontece é que atualmente a despesa de gestão e tratamento dos RSU é substancialmente superior face ao pagamento dos munícipes e face à realidade nesta área.” O executivo socialista prepara-se para elaborar/renovar um contrato com uma despesa de diversos milhões de euros a mais em comparação com outro municípios - como Torres Novas que está a concluir o processo semelhante á rubrica em causa por um valor de cerca de metade do Município de Ourém. Para além do mais, o Município de Torres Novas está com uma produção de resíduos maior e ainda inclui no contrato a realização de corte de ervas e aplicação de herbicidas, lavagem de ruas e escadarias, recolha de "monos e monstros", pneus e Resíduos de Construção e Demolição. Se quisermos comparar com o Município da Marinha Grande, que pertence à AMLEI e Valorlis, vai despende para a recolha de resíduos no concelho cerca de 400.000 €/ano.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL prestou os respetivos esclarecimentos: -----

- Quanto à questão colocada sobre a Suma, referiu que o contrato com esta empresa tem vinte anos, tendo a mesma vindo reclamar o pagamento de uma fatura de trabalhos efetuados entre 2001 e 2005 que o município não pode pagar, uma vez que não há formalização de contratação em termos de contratação pública, seguindo o processo para tribunal, tendo o município sido condenado a pagar o valor estipulado. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

- Relativamente à questão sobre a Avenida de Fátima, referiu que todos têm conhecimento da situação. É uma obra necessária mas que está atrasada, aguardando o recurso aos participantes do concurso. -----
- No que respeita às quatro entradas de Fátima lembrou a necessidade da obra, contudo primeiro há que garantir os recursos necessários para a mesma. -----
- Quanto à Avenida Beato Nuno e os semáforos aí implementados referiu tratar-se de uma obra do hipermercado Continente, verificando-se a necessidade de proceder a algumas correções. –
- Relativamente às questões sobre as obras a levar a efeito elencou algumas tais como: fazer o Centro Escolar da Carvoeira; fazer o campo de futebol com piso sintético em Seiça, no Vasco da Gama e Vilar dos Prazeres; obras no quartel dos Bombeiros de Freixianda; fazer a rotunda no cruzamento de São Sebastião / Atouguia; correções nos balneários antigos do campo de futebol da Caridade; requalificação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira; obras na antiga escola de Alburitel, agora desativada, onde será a sede de junta de freguesia; fazer a extensão de saúde no Olival, Alburitel e Sobral; etc.” -----
- Quanto ao PEDU para Ourém está aprovado no valor de cinco milhões e meio de euros, tendo elegido algumas obras como a Avenida D. Nuno Álvares Pereira; o prolongamento da requalificação ribeirinha no Parque Dr. António Teixeira; requalificação do castelo e Paços do Conde para espaços museológicos; reabilitação do cineteatro municipal de Ourém; criação de um eixo vertical pedonal na vila medieval de Ourém. -----
- Quanto à revisão do Plano Diretor Municipal informou de que a mesma estará concluída em julho de 2016. -----
- Relativamente ao FAM sublinhou que interpelou a Associação Nacional de Municípios sobre esta matéria porque o município teve de pagar um milhão e meio de euros e me contrapartida foi garantido que o IVA da eletricidade e da alimentação das escolas baixava para a taxa média, o que não aconteceu. O município continua a pagar o IVA da eletricidade a 23% e a taxa da alimentação das escolas desceu para 13%, conforme aconteceu na restauração. -----



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Assembleia Municipal

- Quanto à questão sobre a estrada 525, de acesso ao Agroal, manifestou o seu acordo face à sua requalificação, sublinhando ainda que em seis anos foi investido mais de dois milhões de euros na reaulificação do Agrol, estando o processo ainda em curso. -----

- Sobre o saneamento básico, informou de que saiu um aviso neste âmbito, com um montante de setenta milhões de euros mas, este aviso valoriza a bacia do Lis, sendo que no concelho serão abrangidas as freguesias de Fátima, Matas, Cercal, Espite e uma parte da Gondemaria.

\*\*\*\*

\*\*\*

**01.05 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS.** -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções, por parte dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

**MOÇÃO** -----

= **CÍLIA MARIA DE JESUS SEIXO** em nome do grupo municipal Socialista, expôs o seguinte:

“Exma sra. Presidente da Assembleia Municipal -----

Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Srs. Deputados da Assembleia Municipal -----

Nos últimos dias os colégios de Fátima, e todo o ensino particular e cooperativo do país, têm sido confrontados com o Despacho Normativo nº 1-H/2016 que prevê que estes estabelecimentos de ensino sejam frequentados apenas pelos alunos da área geográfica de implantação da escola, ou seja, da freguesia de Fátima. -----

Em agosto do ano passado, foi assinado um contrato para os próximos três anos entre o ME e os referidos colégios, que determinava a diminuição do número de turmas nos anos iniciais de cada de ciclo, 5º, 7º e 10º. Esta medida, já por si, representava uma quebra substancial no financiamento anual das escolas e, conseqüentemente na estabilidade profissional de professores e funcionários. Era, no entanto, uma medida para ser implementada ao longo de três anos, o que permitia ir resolvendo problemas graves do ponto de vista económico e humano, nomeadamente despedimentos de pessoal docente e não docente. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

### Assembleia Municipal

Esta alínea que foi publicada na semana passada, além de não respeitar o que tinha sido acordado e assinado para os próximos três anos letivos, vem colocar de imediato em risco a sobrevivência destas escolas; centenas de professores, funcionários e famílias deste concelho estão em risco de desemprego. -----

As escolas com contrato de associação surgiram quando o Estado precisava de garantir a universalidade da educação e não tinha meios suficientes para o fazer; estabeleceram-se, para suprir essa falha, parcerias entre entidades privadas e o ME de modo a garantir a todos o direito à educação. -----

Ao longo de mais de 40 anos, estas escolas prestaram um serviço de qualidade, adaptaram-se e são parte integrante da comunidade. Educámos, criámos uma identidade, renovámos projetos, em função de necessidades diversas, adaptámo-nos... As adaptações dos currículos ao mercado de trabalho, às novas tecnologias, a permanente necessidade de formação, a crise e as dificuldades sócio económicas das famílias, as necessidades educativas dos alunos, foram desafios constantes que o ensino particular, a par do público, teve que enfrentar e ultrapassar. -----

No entanto, a partir de 2009, no auge da crise financeira, que levou ao despedimento de professores e funcionários, e na certeza da progressiva diminuição do número de alunos, começou a usar-se o termo “escola pública” por oposição às escolas com contrato de associação. Sempre me intrigou essa distinção que se começou a fazer; na verdade, sempre prestámos um serviço público: nunca escolhemos nem discriminámos alunos em função da origem sócio económica, etnia, religião, etc., sempre trabalhámos para um projeto que não era apenas da instituição, mas de todos, de toda a comunidade. -----

Ao fim de cerca de 40 anos, embora sejamos um tipo de escola economicamente atrativa para o Estado, há uma diminuição crescente do número de alunos... Por isso, alguns defendem que nós, escolas com contrato de associação, professores e funcionários, somos 'dispensáveis'...NÃO SOMOS!! Temos uma história, um trabalho reconhecido e um papel na educação deste país. Não temos nada contra a escola pública; apenas queremos continuar a ser Escola. Acreditamos que o Estado é uma pessoa de bem, que não discrimina os seus prestadores de serviços e honra os seus compromissos; não queremos regimes de exceção,



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

queremos que o contrato firmado para três anos seja respeitado, e nos seja garantida a manutenção dos contratos e nos seja garantida a possibilidade de sobreviver enquanto Escola. Conhecendo já o apoio inequívoco da Câmara Municipal de Ourém, gostaria de propor a esta assembleia que delibere nesta reunião: -----

1º Um voto de solidariedade com a comunidade educativa dos colégios de Fátima; -----

2º Em nome da estabilidade e confiança no estado de direito, a aprovação de uma moção a favor da manutenção dos contratos de associação e se respeite o concurso público feito em 2015; -----

3º Dar conhecimento desta moção ao Governo da República e grupos parlamentares.” -----

----- **De imediato, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

### ----- MOÇÃO -----

= **MARIA CLARA VIEIRA DE OLIVEIRA NEVES**, em nome do grupo municipal Social Democrata, expôs o seguinte: “Em Fátima, a partir do segundo ciclo de escolaridade, não existe ensino público nem nunca existiu, existem três Estabelecimentos de Ensino Privados e Cooperativos: Centro de Estudos de Fátima, Colégio de São Miguel e Colégio do Sagrado Coração de Maria, escolas que têm décadas de existência e promovem um ensino de qualidade e excelência, apreciados por toda a comunidade local, regional e nacional. Salienta-se o facto destes estabelecimentos de ensino terem obtido ao longo dos anos, resultados de inabalável qualidade e prestígio, inclusive nos ranking’s nacionais, onde se têm colocado invariavelmente no topo das classificações. Estas escolas possuem um contrato de associação com o estado e têm vindo a fazer parte da rede pública escolar. Pese embora sejam geridas por entidades particulares, são escolas que, não só permitem o acesso gratuito a estudantes dos mais variados estratos sociais, como têm incorporadas dezenas de crianças institucionalizadas. Para além dos estabelecimentos de ensino, importa não esquecer que está implícita toda a comunidade educativa que os compõem: Alunos, Professores, Auxiliares de



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Educação e Pais, agentes muito importantes para a freguesia de Fátima e para o Concelho de Ourém. -----

Está em causa o despacho nº. 1 – H/2016 do Ministério da Educação, que regula o regime de matrícula e frequência para o ano lectivo 2016/2017 e que coloca em questão a existência das únicas escolas em Fátima. Está em causa o acesso às escolas por alunos de outros concelhos com proximidade geográfica, bem como a garantia de igualdade de circunstâncias com a escola pública. Está em causa a liberdade de escolha da escola, mesmo para os pais que sendo naturais e residentes em outros concelhos tenham atividade profissional em Fátima se vejam impossibilitados, já a partir do próximo ano letivo, de inscrever ou reinscrever os seus filhos na escola da sua preferência, apenas e tão só porque são instituições privadas apesar de não possuírem fins lucrativos. -----

Pretendem-se agora, a meio do processo, alterar as regras de funcionamento do sector, causando danos irreparáveis na estabilidade e funcionamento das Escolas de Fátima. Está em causa com estas alterações, a suspensão dos contratos de associação com as escolas, efectuados no ano de 2015 através de concurso público, pondo em causa a sustentabilidade das escolas e a sua própria existência. Suspender os contratos de Associação de forma unilateral, como pretende a Secretária de Estado da Educação do Governo PS de António Costa, suportado no Parlamento pelos partidos BE e PCP, é revelador de uma atitude irresponsável prepotente e arrogante, é uma medida que recusa assumir que as Escolas de Fátima desempenham um excelente papel no processo educativo, com autonomia, com rigor e excelência. -----

Para além do transtorno das famílias que se vêm impossibilitadas do direito de opção pelo estabelecimento de ensino, prevê-se que esta medida, ao longo dos próximos 3 anos, cause o despedimento de cerca de 400 professores dos diferentes estabelecimentos de ensino, acrescido de dezenas de auxiliares educativos, cuja soma de indemnizações de despedimento nunca será inferior a 4 milhões de euros. Com a supressão dos contratos de associação e a conseqüente redução drástica do número de alunos, os custos serão insuportáveis para as entidades privadas. Os colégios, se sobreviverem, passarão a ser elitistas e receberão apenas



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

alunos cujos pais possam pagar as mensalidades correspondentes. Terá o Ministério da Educação ponderado as consequências da implementação desta medida? Terá o estado resposta para onde irão estudar os alunos de Fátima, visto não existir escola pública na freguesia? Quanto vai o estado gastar com a necessidade gerada de construir um novo complexo escolar público? Até lá, onde ficarão os alunos institucionalizados, pertencentes a várias instituições de solidariedade existentes em Fátima? Representando cerca de 45% do total de alunos que estudam em Fátima os que são provenientes do concelho e distrito de Leiria, grande parte deles habitam a centenas de metros de Fátima e a quilómetros de Leiria, estará o estado consciente dos custos de transporte desses alunos e se Leiria tem condições nas suas escolas públicas de receber centenas de novos alunos? -----

Enumerámos aqui um conjunto de consequências nefastas para os agentes educativos de Fátima mas principalmente para o estado que se vê obrigado a despende de milhões de euros para implementar uma medida errada. Mas não devemos esquecer que as principais consequências negativas se refletem nas crianças que, de um momento para o outro, são obrigadas a mudar de estabelecimento de Ensino contra a sua vontade, a abdicar de um ensino que lhes tem proporcionado bons resultados e sucesso escolar. -----

Nunca é demais recordar que em Fátima, a partir do segundo ciclo, nunca foi feito investimento público em infraestruturas educativas, têm sido os estabelecimentos de Ensino Privado que têm assegurado o serviço Público de Educação. Fátima, para além do fenómeno religioso, é hoje amplamente reconhecida pela excelência e qualidade dos seus estabelecimentos de ensino e dos seus modelos educativos. Não podemos permitir que, por qualquer preconceito ideológico, se venha colocar em causa a continuidade de projetos educativos de reconhecido mérito. Sabemos que os diferentes agentes locais com responsabilidades públicas, como sejam a Junta de Freguesia de Fátima e a Câmara Municipal de Ourém já manifestaram o seu desagrado face a esta pretensão do governo, e no mesmo sentido vem o Grupo Municipal do PSD propor um voto de Protesto contra a Reversão dos Contrato de Associação atualmente em vigor e caso seja aprovado este voto, dever-se-á remeter para: -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa -----

Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República -----

Sua Excelência o Primeiro Ministro de Portugal -----

Sua Excelência o Ministro da Educação -----

Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República -----

Sua Excelência o Presidente do Conselho Nacional de Educação -----

Direção do Centro de Estudos de Fátima -----

Direção do Colégio de São Miguel -----

Direção do Colégio do Sagrado Coração de Maria” -----

----- **De imediato, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com uma abstenção do grupo municipal Socialista; um voto contra do grupo municipal Por Ourém.** -----

----- Seguidamente, registaram-se as declarações de voto dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= JOÃO FILIPE MENDES DE OLIVEIRA, em nome do grupo municipal Por Ourém, expôs o seguinte: “Sem desprimor para a grande importância dos colégios de Fátima, não posso ao mesmo tempo esquecer que todos os anos, na transição do 1.º para o 2.º ciclo, as escolas de Ourém perdem turmas para escolas de Fátima. As escolas de Fátima prestam um serviço útil, mas também marginalmente representam duplicação de financiamento, quando os alunos são captados fora da sua área geográfica. E essa duplicação de custos não pode continuar a ser suportada pelas contas públicas.” -----

= CUSTÓDIO SOUSA HENRIQUES, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Abstive-me nas duas moções porque não concordo com a linguagem/terminologia usada, mas estou solidário com a Comunidade Educativa de Fátima e esta situação não é admissível, mas enquanto deputado não posso deixar de lamentar e questionar qual a razão porque Fátima não teve o mesmo tratamento que o restante concelho, ou seja, porque não foi construída nenhuma «escola pública».” -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

### ----- MOÇÃO -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES**, em nome do grupo municipal do CDS/PP, expôs o seguinte: **“Pela defesa do trabalho efectuado pelo Ensino Particular e Cooperativo** -----

O CDS/PP aproveita este momento da Assembleia Municipal de Ourém para colocar em cima da mesa o debate sobre o papel das Instituições de Ensino Particular e Cooperativo na Educação. -----

Ourém - Fátima tem uma longa história no que diz respeito ao ensino não estatal que presta serviço público de educação. O CDS/PP considera que as escolas privadas são também ensino público, acreditamos na autonomia das escolas e na liberdade de escolha das famílias do tipo de ensino que querem para os seus filhos. -----

No nosso concelho temos três escolas que, não sendo do Estado, é da Comunidade. Falo do Centro de Estudos de Fátima – CEF, Colégio do Sagrado Coração de Maria e Colégio de São Miguel que se localizam na freguesia de Fátima. Estas escolas nasceram e cresceram numa zona do concelho onde não existia qualquer oferta de ensino propriedade do Estado. **Durante anos fizeram um caminho de crescimento e fortalecimento da Educação no nosso concelho.** -----

Mas estas escolas têm uma característica única no nosso concelho que é o Contrato de Associação estabelecido com o Ministério da Educação. Ou seja, embora **sendo escolas privadas, fazem oferta de ensino público.** -----

É unânime que o trabalho desenvolvido por estas escolas é de grande qualidade. Isto está plasmado nas palavras de apoio que recebem dos pais e encarregados de educação, mas também das várias entidades públicas nacionais, conforme comprova o ranking nacional das escolas 2015. O Centro de Estudos de Fátima – CEF encontra-se em 78º lugar e o Colégio de São Miguel no 48º lugar do ensino secundário a nível nacional e estando em 2º e 1º lugar a nível distrital respectivamente. O Colégio do Sagrado Coração de Maria encontra-se no 285º lugar no ensino do 3º ciclo a nível nacional e 11º lugar a nível distrital, tendo atingido o 2º lugar no Ranking da promoção do sucesso escolar do Ministério da Educação. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Com a atual equipa governativa foi declarado o ataque a este sistema de ensino. **O que serviu para colmatar a falta de oferta do Estado durante cerca de 30 anos é agora ignorado e atacado, com possibilidade de corte de turmas que poderão rondar os 50%.** -----

Depois de ter sido realizado o primeiro concurso público para a atribuição de turmas, que dava a estabilidade de três anos a estas escolas para se organizarem e prepararem o futuro, o atual executivo vem agora defraudar estas expectativas. Este é um **ataque de morte ao Ensino Particular e Cooperativo** e que poderá levar à extinção de muitas destas escolas, com conseqüente prejuízo aos alunos às famílias e à comunidade, bem como o desemprego para os professores e funcionários. O Centro de Estudos de Fátima – CEF têm 1.100 Alunos e 130 professores e pessoal não de docentes, o Colégio do Sagrado Coração de Maria têm 492 alunos e 56 professores e pessoal não de docentes e o Colégio de São Miguel têm 1.300 alunos e 126 professores e pessoal não de docentes, **totalizando 2792 alunos e 312 funcionários.** -----

**O Governo pretende assim acabar com a escolha dos alunos**, criando enormes prejuízos para o seu percurso educativo e obrigando a transferências em massa para outras escolas que mesmo não sendo a sua primeira escolha, não estão localizadas em áreas geográficas acessíveis. -----

**O Governo pretende assim acabar com o direito ao trabalho**, está em causa centenas de postos de trabalho nestas escolas, desde docentes e não docentes, podendo no limite levar ao encerramento dos estabelecimentos de ensino, por falta de viabilidade financeira. -----

E é todo um concelho que fica mais pobre e com mais desemprego. Está em causa muito mais que uma deslocação de alunos; é toda uma comunidade que é atacada. -----

Não podemos aqui deixar de alertar todas as forças políticas para este cenário que se nos apresenta. É demasiado grave para o nosso concelho, pois além de serem escolas com o prestígio que têm o Centro de Estudos de Fátima – CEF, Colégio do Sagrado Coração de Maria e Colégio de São Miguel, é toda uma dinâmica cultural e económica, que se vai perder.

Este foi apenas um ponto que quisemos acrescentar a esta Assembleia Municipal, e deixamos aqui o compromisso de que, através dos nossos Deputados na Assembleia da República,



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

iremos bater-nos para que estes projetos educativos tenham futuro e evitar o ataque a toda uma comunidade. -----

Assim a Assembleia Municipal de Ourém reunida em Sessão no dia 29 de Abril delibera: -----

**1- Que, em nome da estabilidade, previsibilidade e confiança no Estado, seja respeitado o concurso público realizado no ano de 2015, dando condições para que as escolas funcionem normalmente até ao fim do prazo definido nesse concurso;** -----

**2- Um voto de solidariedade a toda a comunidade educativa do Centro de Estudos de Fátima – CEF, Colégio do Sagrado Coração de Maria e Colégio de São Miguel que seja dado conhecimento desta moção aos diversos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e ao Senhor Presidente da República.”** -----

**----- De imediato, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com uma abstenção do grupo municipal Socialista; um voto contra do grupo municipal Por Ourém.** -----

----- Seguidamente, registaram-se as declarações de voto dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= JOÃO FILIPE MENDES DE OLIVEIRA, em nome do grupo municipal Por Ourém, expôs o seguinte: “Sem desprimor para a grande importância dos colégios de Fátima, não posso ao mesmo tempo esquecer que todos os anos, na transição do 1.º para o 2.º ciclo, as escolas de Ourém perdem turmas para escolas de Fátima. As escolas de Fátima prestam um serviço útil, mas também marginalmente representam duplicação de financiamento, quando os alunos são captados fora da sua área geográfica. E essa duplicação de custos não pode continuar a ser suportada pelas contas públicas.” -----

= CUSTÓDIO SOUSA HENRIQUES, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Abstive-me nas duas moções porque não concordo com a linguagem/terminologia usada, mas estou solidário com a Comunidade Educativa de Fátima e esta situação não é admissível, mas enquanto deputado não posso deixar de lamentar e questionar



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

qual a razão porque Fátima não teve o mesmo tratamento que o restante concelho, ou seja, porque não foi construída nenhuma «escola pública».

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Gostaria de dizer algumas palavras sobre os colégios de Fátima e os contratos de apoio aos mesmos.

Voto favoravelmente as moções e pedia que enviassem as mesmas à FENPROF.

Gostaria de lamentar que este governo esteja refém de uma esquerda radical que quer controlar tudo. Quero aqui frisar também que daqui a dois ou três anos os colégios fecham. Fecham e não estamos a falar dos cerca de quatrocentos agregados familiares e de trabalhadores mas estamos a falar de que, ao fecharem, ficaremos sem piscinas, ficaremos sem pavilhões polidesportivos, ficaremos sem auditórios porque, ao longo dos anos, estes colégios têm estado ao serviço da população fatimense e, não temos nada que seja público, é tudo deles, do particular.

Gostaria de frisar ainda que mais tarde, esta esquerda ao querer controlar tudo, haverá também a tentativa de cortar nos acordos com as IPSS, com as associações como a APAJEFÁTIMA, a APDAF e a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, os quais também recebem contratos para a educação, para os idosos e para os lares.

Termino, citando uma frase do senhor Presidente da Câmara Municipal “em Portugal o mérito em vez de ser apoiado é penalizado”. É o que vai acontecer em Fátima.

Obrigado.”

----- Neste momento, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhor Júlio Manuel Lopes Henriques.

= **JOÃO FILIPE MENDES DE OLIVEIRA**, em nome do grupo municipal Por Ourém, expôs o seguinte: “Exma. Senhora presidente,

Minhas senhoras e meus senhores,

regresso transitoriamente a esta assembleia, passada mais de uma década. Muita coisa mudou desde então: pessoas e espaços desta assembleia, o mundo e eu mesmo. Completou-se neste



## MUNICÍPIO DE OURÉM

### Assembleia Municipal

período a presidência de Durão Barroso na Comissão Europeia, e temos agora uma Europa menos solidária, e distante dos ideais fundadores. A braços ainda com a crise económica, em que os mais frágeis são sempre os mais sacrificados; a braços com uma crise de refugiados, com o acordo de deportação para a Turquia que nos envergonha. Passaram os governos de Sócrates e de Passos Coelho, a intervenção da Troika, e ficámos com um país mais desigual, um país que impõe sacrifícios duros ao mesmo tempo que cria oportunidades para uns poucos colocarem em offshores para cima de 10.000 milhões de euros, como ficámos a saber esta semana. Tudo negociado em segredo, sem o povo e contra o povo. E, enfim, um mundo em que um grupo de gente pouco recomendável vai tomando conta da democracia, como se vê no Brasil, onde os acusados de corrupção se tornaram os julgadores a tentar um golpe de estado, dentro dos formalismos da democracia, mas sem lhe respeitar o espírito. -----

Tudo isto me deixa pessimista. -----

Por cá, chamado que fui a analisar o relatório de contas, consultei os índices e deparei-me com cerca de 1.500 páginas: tarefa muito para além da minha capacidade humana. Ficaria espantado se a maioria dos membros desta assembleia a considerasse acessível e razoável. Há mais de uma década, quando os documentos pouco passavam da centena de páginas, era uma tarefa árdua, mas possível. Agora não. E dei comigo a pensar onde está a linha que separa a democracia real e possível da democracia irreal e fantasiosa. Analisar e votar os relatório de contas é formalmente um ato democrático, mas se o documento é um labirinto incompreensível ou uma muralha intransponível, eu pergunto que voto poderá ser o meu, de que forma posso representar com honestidade o povo que elegeu. E pergunto se o sentido de democracia ainda ali está, ou se tudo se vai tornando, também aqui, um pró-forma, cozinhado e decidido nas costas do povo. -----

Democracia é o governo do povo para o povo. Mas o que vamos vendo é que o povo é cada vez mais o que menos conta. Governam os tecnocratas; e o povo, para não parecer ignorante, finge que concorda e afasta-se. E tudo isto contribui para que também eu já não olhe para a política com o mesmo entusiasmo de há uns anos atrás. Mudou o mundo e mudei eu também. Sobre o ensino privado em Fátima, duas notas: -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

1. Reconhecer o valor e interesse do serviço prestado; -----

2. Ao contrário do que se quer dar aqui a entender, não é do meu conhecimento que se pretendam cessar os contratos onde não há oferta pública, mas sim impedir a duplicação de financiamento no mesmo espaço geográfico. No caso de Fátima, sem oferta pública, só poderá vir a diminuir o número de alunos captados nas áreas de influência de escolas públicas, como é o caso em Santa Catarina da Serra, mas também o resto do concelho de Ourém.” -----

= **ANTÓNIO FRANCISCO DOS REIS GONÇALVES**, em nome do grupo municipal MOVE, apresentou a seguinte declaração política geral: “**25 de Abril de 2016** -----

Exm.<sup>a</sup> Senhora Presidente -----

Exm.<sup>os</sup> Senhores Membros da Assembleia Municipal -----

Comemora-se ou comemoraram-se neste mês de Abril duas importantes efemérides que importa aqui destacar, pela importância que tiveram na transformação de Portugal como País livre, solidário e democrático. -----

Desta bancada saúdo todos aqueles que lutaram por essa liberdade. -----

Às Forças Armadas e aos “Capitães de Abril” que souberam interpretar o desígnio do povo português, amordaçado pela ditadura durante décadas, e que trouxeram para a rua os cravos de uma revolução genuína e pura nos seus ideais, sem esquecer todos aqueles que sofreram no seu corpo e com a própria vida as atrocidades de um regime ditatorial incapaz de traçar um caminho de esperança a uma nação depauperada. -----

Pena foi e é que alguns (muitos) tenham tomado de assalto este País, tornando-o num paraíso fiscal para eles, esbulhando de forma atroz e desumana o povo português dos seus rendimentos de trabalho e das suas poupanças, numa fraude sem paralelo, povo este que tem nestes últimos anos aguentado com estoicismo o desmando, a grosseria e a incompetência de muitos daqueles que se dizem defensores das conquistas do 25 de Abril. -----

Bem-haja Povo de Portugal, que tantas provas de patriotismo têm dado para que seja possível alcançarmos este País nos trilhos do desenvolvimento e do bem-estar social. É preciso que o 25 de Abril continue vivo na memória dos Portugueses e permanecendo em todos quantos amam a LIBERDADE. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Também neste mês de Abril se comemoraram os 40 anos da Constituição da República Portuguesa. Marco de grande alcance democrático e pluralista que representou o fim do interregno que se tinha aberto com o 25 de Abril de 1974, marcado por uma enorme instabilidade política e social, por uma grande turbulência e incerteza do que seria o futuro do País. Há que saudar também aqui a Assembleia Constituinte que consagrou em documento de grande alcance político, económico e social as conquistas do 25 de Abril. -----

Permitam-me ainda que neste apontamento sobre as efemérides acabadas de recordar faça uma breve alusão ao discurso proferido na Assembleia da República pelo Senhor Presidente da República na cerimónia evocativa do 25 de Abril para saudar a sua intervenção, pela forma e conteúdo da sua dissertação, pelo brilhantismo e lucidez dos temas que retratou de forma tão assertiva sobre a vida política, económica e social de Portugal nestes 42 anos de história da Revolução dos Cravos, dando aos portugueses, uma vez mais, a esperança de que é possível sair desta letargia, assim o queiram os actores políticos que hoje nos representam nas diversas instâncias do poder democrático, seja ele a nível nacional, regional ou local. -----

Viva o 25 de Abril -----

Viva Portugal” -----

### ----- VOTO DE LOUVOR -----

= **FILIPE DE FRIAS ANTUNES DA GRAÇA**, em nome do grupo municipal Social Democrata,

expôs o seguinte: “Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Caros colegas -----

O Centro Desportivo de Fátima comemora o 50º (quinquagésimo) Aniversário. -----

O Clube foi fundado em 24 de Janeiro de 1966 pelo saudoso P<sup>a</sup>. Manuel Henriques, como Centro Paroquial de Fátima, nome que mais tarde havia de ser alterado para Centro Desportivo de Fátima. -----

Iniciaram-se no passado dia 24 de Janeiro de 2016 as comemorações do 50º Aniversário, com a celebração de uma Eucaristia em homenagem aos Presidentes já falecidos e seguida de uma romaria ao cemitério onde foram colocadas coroas de flores nas suas campas. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

No dia 24 de Abril de 2016 realizou-se o jantar comemorativo da celebração do 50º Aniversário, onde estiveram cerca de 600 pessoas, de entre as quais as entidades municipais e associativas e onde foram homenageados os antigos Presidentes da Direcção ainda vivos. -----

Para abrilhantar a festa foi entregue a taça de campeão distrital à equipa de futebol sénior e aclamada a sua subida de divisão ao Campeonato de Portugal. -----

Vem por este meio o Grupo Municipal do PSD propor um Voto de Louvor ao Centro Desportivo de Fátima pela passagem do 50º Aniversário, e pela conquista, pela equipa de futebol sénior, do campeonato de Futebol Distrital da Associação de Futebol de Santarém e subida de divisão, sendo em caso de aprovação, ser dado conhecimento aos seus órgãos sociais.” -----

----- **De imediato, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

### ----- **VOTO DE LOUVOR** -----

= **ALBERTO JOSÉ PIRES CAVEIRO**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Voto de louvor -----

O Centro Desportivo de Fátima tem sido ao longo da sua existência uma referência desportiva no distrito de Santarém. -----

Não só no escalão sénior, do qual se sagrou recentemente campeão da 1.ª Divisão Distrital de Santarém, garantindo assim o regresso do clube aos campeonatos nacionais, como também, em muito, no futebol de formação, no qual tem ocupado os lugares cimeiros em todos os escalões. -----

Ao longo dos últimos cinquenta anos muito tem sido o contributo do clube na formação desportiva de muitos atletas que têm levado bem longe o nome da cidade de Fátima e do concelho de Ourém. -----

Estes resultados revelam uma enorme dedicação por parte de todo o clube, sócios, dirigentes, colaboradores e atletas. -----

Assim, vem o grupo parlamentar do Partido Socialista propor um voto de louvor ao Centro Desportivo de Fátima, na comemoração do seu quinquagésimo aniversário.” -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

----- De imediato, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

= **MARIA AURORA MENDES DE SOUSA**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração política: “No passado dia 21 de abril o Senhor Presidente Paulo Fonseca e o Senhor Deputado Municipal António Gameiro, foram agraciados com uma das maiores honrarias que o Estado de Minas Gerais pode atribuir a um cidadão, Grande Medalha da Inconfidência, em resultado da internacionalização municipal que o executivo tem vindo a aprofundar e que começa a dar resultados. Parabéns a ambos! -----

Esse momento marcante, também para a nossa história, constituiu também um período de preparação do III Encontro Empresarial Ourém - Minas Gerais, que terá lugar entre 29 de junho e 2 de julho no Centro de Negócios de Ourém. -----

Neste evento empresarial, onde são esperados mais de 30 empresários mineiros e outros tantos oureenses e de outros destinos, será por certo um forte momento de afirmação da instalação de várias empresas e decisão de investimento de vários empreendimentos. -----

A Internacionalização que tantos desdenharam, já trouxe duas empresas para Ourém e tem muitas mais intenções de instalação. -----

Ao mesmo tempo e nesse período haverá um vasto programa cultural, musical e gastronómico de Minas Gerais e muita animação. -----

Assim, deixamos ao executivo e ao Presidente Paulo Fonseca o nosso apoio e empenho no trabalho político que tem vindo a desenvolver de forma estratégica e com resultados.” -----

= **LUÍS RICARDO FRUTUOSO VIEIRA**, em nome do grupo municipal do CDS/PP, apresentou a seguinte declaração política: “Inicio estas palavras fazendo referência ao desnorte em que o país se encontra e com factos que me deixam perplexo. -----

Um governo de esquerda cujo programa assenta nas exportações, e temos um bloqueio sindical com greves nos portos de Lisboa sem fim à vista e com um prejuízo imenso para a economia. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Um governo que ideologicamente quer acabar com o ensino cooperativo de associação, mesmo sendo muito mais barato e melhor, apenas por questões ideológicas. -----

Um governo cujo trabalho de atrair investimento estrangeiro e promover as empresas portuguesas no exterior é nulo. E bastava continuar a fazer o que o anterior governo fazia. -----

Dinamizar a economia repondo salários e regalias sociais tem uma implicação directa no aumento do défice externo e na perda de competitividade da economia. -----

E andamos todos muito contentes porque temos uns pais à beira do precipício e não paramos de dar passos em frente. -----

Este é o mês de Abril, mês da liberdade, mas que a saibamos viver com responsabilidade.

Gastando do que produzimos e poupamos e não olhar para os maus exemplos dos países populistas onde partidos como PCP e Bloco de Esquerda, espero que assim não estar a ser sexista, dizimaram o tecido empresarial e empreendedor daquelas economias levando-as à falência. -----

Para lá caminhamos se deixarmos estes socialistas reféns desta aliança oportunista resultado dum profundo ego do seu líder que tinha de governar fosse como fosse. -----

Olhando para a realidade mais próxima de nós, temos este conselho. -----

Ainda não consegui perceber como se quer diferenciar dos demais e atrair investimento e fixação de população. -----

Viajamos ao Brasil no intuito de arrecadar investimento mas eles querem é o nosso lá. -----

Temos o Papa Francisco que nos vai visitar em 2017 atraindo a Fátima milhares de peregrinos, mas não estamos minimamente a preparar o impacto que vamos ter no pós 100 anos em que seguramente iremos ter uma abrupta diminuição de visitantes. -----

Honra seja feita à Aciso e aos seus membros que tem feito o possível e impossível para salvar este futuro. -----

Gastou-se fortunas num centro de congressos em Ourém, que está às moscas, quando este deveria ter ficado próximo de unidades hoteleiras capazes de atrair clientes e onde os acessos ao resto do país são muito melhores. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Um local onde poderíamos ter um aeroporto a servir esta zona centro, já quase concluído na giesteira, mas não há força política nem mobilização local para o conseguir. -----

Enfim, localmente como no país, as prioridades são os interesses instalados, ou pior ainda, a gestão de compadrios, cujos únicos perdedores são o comum dos cidadãos.” -----

= **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA**, em nome do grupo municipal Social Democrata, expôs o seguinte: “Deixo algumas notas sobre a minha reflexão política: -----

- Aproveitando a presença do Professor Doutor António Baptista, hoje homenageado, quero deixar uma nota positiva ao senhor Presidente da Câmara, Paulo Fonseca, por aquilo que está em andamento, ou seja, as bolsas de prémio académico que vão ser implementadas e que saiu do conselho municipal de juventude de Ourém. É um contributo da academia que acho importante para o concelho e por isso apoio e dou os parabéns por essa iniciativa. Foi a primeira medida para a juventude em três anos e só não estamos de acordo mais vezes porque foi a primeira ideia no oásis para a política da juventude para o concelho de Ourém. Mesmo assim, fica a nota e o registo de que valorizo a intenção. -----

- Sobre a questão da internacionalização. Esta questão tem de ser falada com algum rigor. É legítima. O senhor Presidente levou essa bandeira perante os cidadãos. Ganhou e não podemos pôr em causa a questão da internacionalização. Mas como em política para se avaliar, aquilo que é uma bandeira, tem de se fazer a análise do projeto. E quanto à análise dessas opções, num primeiro ponto, seria pouco sensato falar na questão das despesas dessas viagens se os resultados que o município apresentasse fossem positivos. Contudo, o impacto é zero. Zero porquê? Quantas políticas em Ourém foram criadas desde a internacionalização? Zero. Vou ainda mais longe. O senhor Presidente, tendo como qualidade inata, temos de dizer com franqueza: excelente oratória, excelente retórica, uma boa imagem, acreditam que alguma vez perderia a oportunidade de dizer que foi implementada uma empresa no concelho de Ourém por via da internacionalização? É legítima esta internacionalização mas temos de fazer uma análise objetiva dos resultados, por isso, pedia que fosse facultado o relatório dessa viagem para termos conhecimento. Talvez o conceito de internacionalização não esteja mal e talvez possamos dar também o nosso contributo. Pedia à senhora Presidente da Assembleia Municipal que facultasse o relatório relativamente a essa atividade feita em Minas Gerais. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

- Uma outra reflexão. Quero dar os parabéns ao Dr. António Gameiro pela menção honrosa que lhe foi feita. Contudo quero deixar aqui uma reflexão pessoal e sem qualquer tipo de insinuações, e tem a ver com a comitiva do senhor Presidente, onde estava e muito bem o deputado António Gameiro. Gostaria de perceber porquê. Fiz uma reflexão e tentei perceber porque o Dr. Gameiro foi nessa viagem. Num primeiro momento pensei que seria por ser o líder de bancada, convidado pelo senhor Presidente mas, rapidamente, afastei essa hipótese porque se houvesse alguém a representar esta Assembleia Municipal seria a senhora Presidente da Assembleia Municipal. Num segundo momento pensei que fosse pelo Dr. Gameiro ser deputado na Assembleia da República mas, não faz sentido, pois o senhor Presidente da Câmara começou a internacionalização desde o primeiro mandato. Nessa altura, antes do governo socialista tomar posse, houve dois deputados de Ourém e o deputado social democrata nunca foi convidado para essas viagens. Queria deixar aqui um repto na sequência daquilo que foram as palavras do senhor Presidente da Câmara Municipal. E, porque aquilo que procuramos é valorizar Ourém, gostaria de deixar aqui uma nota: não faria mais sentido Ourém ser representado pelos vereadores com e sem pelouro numa missão de valorização do concelho? Se estamos a defender os mesmos interesses é darmos as mãos e trabalharmos em conjunto.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO expôs o seguinte: “No seguimento desta intervenção quero dar uma resposta devida. Fui convidado pelo senhor Governador do estado de Minas Gérias que me enviou um convite pessoal e com uma carta de agradecimento, como mandou ao senhor Presidente da Câmara Municipal. Estive em Minas Gerais a título individual e, por acaso, o senhor Presidente da Câmara também esteve. Repito, estive a título individual e partidário porque solicitei que pudesse representar alguns assuntos de interesse do Partido Socialista junto da PT onde fiz também duas reuniões. Foi nessa qualidade, a título individual que estive em Minas Gerais. Enquanto deputado da Assembleia da República nunca recebi convite para ir a lado nenhum, nem estava à espera de receber, pois não é essa a minha função.” -----

----- Neste momento, ausentaram-se os membros da Assembleia Municipal, senhores: Humberto António Figueira da Silva; Maria Clara Vieira de Oliveira Neves; Nuno Miguel Neves dos Prazeres; Pedro Marto Pereira. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

= **ARMANDO VIEIRA CARDOSO**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “O grupo parlamentar do PS apoia e incentiva o executivo a aprofundar o funcionamento do Transporte a pedido no nosso concelho. -----

É certo que este projeto teve uma grande recetividade por parte da comunidade ourensense e que está a funcionar muito bem, como iniciativa exemplar e necessária para colmatar as exigências pessoais do transporte de centenas ou mais de um milhar de ourensenses, que não tendo transporte pessoal, se apoiam diretamente neste transporte subsidiado e de natureza municipal. -----

Nesse sentido, propomos que seja feita uma avaliação rigorosa dos trajetos por parte do Município e dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, de modo a potenciar uma melhor utilização destes meios de tão grande utilidade. -----

Por fim, deixar um Bem Haja ao executivo pela iniciativa que já é exemplo em muitos outros municípios e que é de uma natureza humanista e solidária!” -----

= **CUSTÓDIO DE SOUSA HENRIQUES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Seiça, expôs o seguinte: “Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores Deputados -----

Queria felicitar o Sr. Presidente e o seu Executivo pela iniciativa de ouvir as populações e, no caso concreto da Freguesia de Seiça que foi realizada no passado dia 15 de Abril, foi com satisfação que recebemos V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> e o seu Executivo. Enquanto Presidente de Junta de Freguesia de Seiça queria agradecer por ser a primeira a participar pois entendemos como importante o facto das populações serem envolvidas e poderem exprimir as suas preocupações, motivações e expectativas e a população de Seiça, espero, tê-lo sensibilizado para os diversos problemas que existem e esperamos que a curto prazo muitas das situações sejam solucionadas. -----

Em segundo lugar, queria referir que é um ato de justiça o facto do Sr. Presidente ter informado esta Assembleia da colocação do relvado sintético, só peca por ser tardio. Queria aqui salientar o facto do Grupo Desportivo e Cultural de Seiça ter festejado o seu 45.º aniversário e



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

agradecer, enquanto sócio fundador, a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal e da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Municipal. E referir que no dia 25 de abril participou na final da Taça Amizade do Inatel, em Coruche, onde obteve um honroso 2.º lugar, pois perdeu nos penaltis. -----

Para terminar queria apresentar a esta Assembleia um edital de 9-7-1992, onde refere que por deliberação camarária de 29 de junho de 1992: -----

«Artigo 1.º - A Zona Industrial de Ourém, localizada na freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade, devidamente identificada na planta anexa a este Regulamento e que dele faz parte integrante, tem as seguintes confrontações: ...» -----

«Artigo 14.º - Após deliberação de venda e consumada a 1.ª prestação ou pagamento total, deverá o requerente no prazo de 3 meses, submeter aos Serviços Técnicos da Câmara, um projecto completo para as construções a edificar. -----

ÚNICO – Findo este prazo reverterá o lote para a Câmara Municipal, perdendo o adquirente os direitos obtidos conforme o artigo 13.º.» -----

Senhor Presidente, por certo foi por lapso dos serviços mas o património imaterial da Freguesia de Seiça foi delapidado durante décadas, como noutras situações, mais uma vez a Freguesia foi prejudicada pelo que solicitava que por elementar justiça essa situação fosse revista.” -----

= **JOANA TERESA DA GRAÇA VARELA CALADO PORTUGAL**, em nome do grupo municipal do Partido Socialista expôs o seguinte: “Saúdo a senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhores Secretários -----

Ex.mo senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores Deputados municipais -----

Senhores Presidentes de Junta -----

Excelentíssimos senhores Vereadores -----

Comunicação social e público presente -----

A Bloom Consulting, a melhor consultora internacional, multinacional sobre alterações climáticas, ordenamento do território, marca região, cidade e país, presente em quatro



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

continentes, qualificou o município de Ourém como o 2.º melhor para viver no distrito de Santarém e o 55.º de Portugal. -----

Neste momento, queremos manifestar a nossa satisfação por tal facto que, arredado de paixões políticas, alguma coisa há de representar cientificamente certo e politicamente validado. Sabemos do crescimento demográfico paulatino dos últimos anos. Apesar da emigração, sabemos da atratividade das empresas para aqui se instalarem e da vinda crescente de peregrinos e turistas ao altar do mundo e ao nosso concelho. -----

Senhor Presidente, queremos deixar aqui a nossa expressão de gratidão pelo trabalho desenvolvido e um forte apelo a todo o executivo para trabalhar mais e melhor pela nossa terra, tentando superar as dificuldades e limitações, potenciando a criação de mais riqueza e qualidade de vida do povo do nosso concelho de Ourém. -----

Sabemos que muito há ainda por fazer. Sabemos que só agora o município se encontra em situação financeira para V.ª Ex.ª poder executar algumas promessas que fez em 2009 e 2013 mas, conhecendo e reconhecendo as suas qualidades, vontade de trabalhar e inteligência, manifestamos a nossa disponibilidade para trabalhar e apoiar o executivo para engrandecer sempre a nossa terra – Ourém, terra de novos horizontes.” -----

= **HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES**, em nome do grupo municipal Social Democrata, expôs o seguinte: “Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal; -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; -----

Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal; -----

Exmo. Sr. Presidente, -----

Desde a Assembleia Municipal decorrida em 29 de Fevereiro de 2016 que se esperava outro tipo de informação do Sr. presidente da Câmara, nomeadamente com a aprovação de projectos para as obras propostas e a execução de algumas delas. -----

Contudo, se se apregoa o montante de 6 milhões de Euros para investimento, sendo certo que já estariam executadas obras no valor de 1,7 Milhões, não se vislumbram nem que projectos estão previstos, nem que obras foram executadas. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

O projecto da Requalificação da Av<sup>a</sup>. D. Nuno Álvares Pereira em Ourém, foi aprovado, sem que se consultassem as entidades competentes, nem que fosse discutido publicamente, sendo certo que, não se prevê para quando a realização do concurso público, e muito menos o início das obras. -----

As obras da Estrada da Ribeira, em Espite, iniciaram-se, e ao mesmo tempo suspenderam-se, dada a trapalhada que revestiu a adjudicação da mesma, e o estado lastimoso em que se encontra. -----

Quanto aos outros Projectos nomeadamente aos que se podiam candidatar ao Programa Comunitário Portugal 20/20 nada se sabe, nem se há projectos ou não, e que áreas abrangem. Na área urbanística espera-se que no ano de 2016 se concretizem, finalmente, a Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), Plano de Urbanização de Ourém (PUO) e Revisão do Plano de Urbanização de Fátima (PUF), sendo elementos estruturantes para o planeamento do concelho de Ourém, que necessitam urgente revisão, mas de que nada se sabe em que ponto de encontram. -----

Caro Sr. Presidente, -----

A obra é escassa, mas a propaganda abunda. -----

Veja-se a nova publicação “Ourém Município – Informação Municipal, a ser publicada nos Jornais de Ourém e de Fátima, onde mais não se faz do que publicidade ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores com pelouros atribuídos. -----

Podia-se ao menos reservar um pequeno espaço onde os demais vereadores pudessem exprimir a sua opinião, mas nem isso. -----

Aliás, a sagacidade da Comunicação oficial da Câmara Municipal é de tal forma, que nos eventos oficiais onde estão os vereadores da oposição, os mesmos são votados ao ostracismo, não aparecendo a menção da sua presença, nem as suas fotografias, vejam-se os exemplos da inauguração da Fonte do Gastelejo e a apresentação do livro sobre a genealogia dos TRÊS Pastorinhos. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

A comunicação na Câmara Municipal mudou, não para uma realidade actual e global, mas antes para uma visão personalizada, sectária e retrógrada, própria de regimes onde não abunda nem a democracia, nem a liberdade, tão apreciadas por V<sup>ª</sup>. Exa. -----

Uma última nota para a constas do Município. -----

É hoje apresentado o Relatório de Gestão e a prestação de contas do Município referentes ao ano económico de 2015. -----

É reconhecido que o passivo do Município baixou, não sendo alheio a tal facto, a Lei dos Compromissos e a adesão ao Pael. -----

O desinvestimento foi notório ao longo dos últimos anos, com particular evidência no ano transacto. -----

Contudo, as receitas do IMI têm crescido exponencialmente. -----

Nem a herança do PSD era tão pesada assim, como se continua a apregoar, nem a situação financeira é assim tão boa, como nos querem fazer crer, dado que, aos 15 milhões de passivo, há a acrescentar mais 25 milhões de compromissos assumidos para os próximos anos. -----

Para terminar, o facto relevante é que o resultado líquido negativo do exercício é superior em 83,51% em relação ao ano de 2014, agravamento, este, que não nos permite partilhar do otimismo do Sr. Presidente da Câmara quanto aos valores do exercício do ano transacto.” -----

----- Neste momento, ausentaram-se os membros da Assembleia Municipal, senhores: Luís Alexandre Serras de Sousa; Luís Ricardo Frutuoso Vieira. -----

----- Não se registando qualquer outra intervenção, passou-se de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **02.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2015.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do ofício n.º 11478, datado de 2016.04.19, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2016.04.15,



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos citados em epígrafe, nos termos da alínea i), do n.º1, do art.º 33º, do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro e bem assim da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetido um link de acesso aos documentos acima referenciados que, para melhor análise e apreciação, por parte do plenário, foram previamente facultados a todos os seus membros constituintes. -----

----- A fim de facultar ao plenário um conhecimento mais pormenorizado e resumido relativamente à matéria em análise, foi elaborada uma projeção síntese, a qual foi comentada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal e bem assim pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **De imediato, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com nove abstenções – oito do grupo municipal Social Democrata; uma do grupo municipal Por Ourém.** -----

----- De seguida, apresentaram as respetivas declarações de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= ANA CRISTINA SOUSA AQUINO GONÇALVES GAMEIRO, em nome do grupo municipal Social Democrata, expôs o seguinte: “A mensagem introdutória do Sr. Presidente é idêntica à dos anos anteriores. -----

Continua a querer responsabilizar o insucesso da sua governação com os executivos anteriores e com o endividamento que herdou. -----

No entanto, e a bem da verdade, tal não traduz o que vem expresso nos relatórios. -----

Assim, basta analisarmos o gráfico que consta na página 272 do Relatório de Gestão, agora apresentado, onde podemos verificar a evolução das dívidas a terceiros no período comparável de 2002 a 2015, para constatar que o seu valor mais elevado registou-se em 30 de Junho



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

de 2012, com o valor de 37.453.602,74 Euros, data em que o Município foi forçado a recorrer ao PAEL, facto que contribuiu decisivamente para o estancar do valor da dívida municipal. -----

Em 31 de Dezembro de 2009 o valor em dívida do Município era de 35.658.185,38 Euros, o que contraria de forma clara os 60 Milhões que o Sr. Presidente insiste em anunciar sempre que se refere a este assunto. -----

Ainda na sua mensagem refere que “É uma recuperação extraordinária”, esquecendo-se de dizer que a diminuição das contas do Município se deveu essencialmente a dois fatores, a saber: -----

1º O brutal aumento de receitas em Impostos Diretos, nomeadamente no IMI, que passou de uma receita de 3.082.831,09 Euros, que se verificou em 2009, para um valor de 6.818.822,23 Euros registado em 2015, o que representou um aumento de cerca de 121%. -----

2º Diminuição acentuada no investimento. Aqui, e a título de exemplo, podemos constatar que as Despesas de Capital entre 2007 e 2009 foram de 66.824.686,76 Euros, sendo que a mesma rubrica apresenta nos anos de 2013 a 2015 o valor de 33.243.828,83 Euros, o que representa uma diminuição de 33.580.857,83 Euros. -----

Os proveitos totais evidenciam um decréscimo de 5,4%. -----

Em sentido inverso, temos que salientar o aumento que se registou na rubrica de Impostos Diretos que se cifrou nos 3,97%, -----

Ainda nesta rubrica deve ser evidenciado o aumento registado no IMI (336.080,85 Euros), o que vem demonstrar que a redução de Taxa que foi aprovada, e que contou com a oposição do Executivo Socialista, não foi um ato de irresponsabilidade como referiu o Sr. Presidente, nem tão pouco colocou em causa o volume de transferências financeiras para as Freguesias e para as Associações Culturais e Desportivas, como também disse o Sr. Presidente aquando da aprovação da referida redução. -----

Também o valor dos proveitos de IMT aumentou em cerca de 300 Mil Euros, o que aconteceu pela primeira vez nos últimos anos, o que demonstra os sinais de recuperação económica que o País vinha trilhando, e que esperamos não seja interrompido pelas medidas do atual Governo. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Os Custos totais sofreram uma diminuição de cerca de 2,5%, sendo que existem algumas rubricas em que os valores aumentaram, veja-se os custos com Eletricidade (7,86%), Água (20,06%), Rendas e Alugueres (10,19%), Seguros (19,82%), Deslocações e Estadas (13,43%), Patrocínio Jurídico (26,09%), Conservação e Reparação (58,45%) e Publicidade (22,50%) -----

As dívidas a Terceiros diminuíram, situando-se agora em cerca de 15,8 Milhões de Euros. -----

Contudo, os Compromissos Assumidos para os anos seguintes apresentam um valor de cerca de 25,4 Milhões de Euros. -----

O total de Dívidas a Terceiros e Compromissos assumidos para os anos seguintes atinge, pois, o valor de 41,2 Milhões de Euros. -----

Para terminar, -----

O Resultado Líquido negativo do Exercício apresentado (1.979.232,64 Euros) é superior em 83,51% ao apresentado em 2014, o que pressupõe um agravamento. -----

Pelo que, atendendo a todo o exposto, os deputados municipais do PSD abstêm-se na aprovação das contas de gerência do Município referentes ao ano económico de 2015.” -----

= ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Face ao relatório de gestão e prestação de contas do município é um hino à competência de gestão e visão estratégica e, como tal, só nos merece um comentário. Parabéns senhor Presidente Paulo Fonseca e executivo PS. -----

O município que tem uma capacidade de endividamento total em mais de 28 milhões e nos apresenta uma dívida de 14,5 milhões tem de ser merecedor da nossa homenagem e apoio. ---

O executivo que em 2015 executou o orçamento de receitas em mais de 93% e da despesa em mais de 84% e que acaba o ano com um saldo de tesouraria de 3,2 milhões de euros, não pode ter reparos, só elogios. -----

Rigor na despesa a todos os títulos e mesmo a que tem variações percebem-se claramente as razões municipais das mesmas. Todas as outras leituras são legítimas mas pouco rigorosas e defensoras do interesse municipal e das populações do concelho de Ourém porque se escondem atrás de abstenções violentas. Abstenções erradas. Recordo que votei aqui muitos



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

anos contra as contas mas eram contas visivelmente aumentadas de forma galopante todos os anos. Senão vejamos: -----

Estas curtas palavras utilizo-as simplesmente para desmentir afirmações publicadas e relatados na declaração de voto dos vereadores da oposição e agora também da bancada do PSD. São completamente demagógicas e muito pouco rigorosas do ponto de vista técnico. -----

Primeiro, o vereador Luís Albuquerque em 2012 publicou no jornal Notícias de Ourém um artigo onde afirmou que a dívida deixada pelo PSD em 2009 tinha sido pouco mais de 50 milhões de euros. Na declaração de voto que assinou agora, afirma que foram 35,5. Afinal que coerência e que responsabilidade é esta? -----

Em segundo lugar, afirma que na página 272 do relatório a evolução da dívida a terceiros entre 2002 e 2015 atingiu o pico em 2012, ano em que o município foi forçado a recorrer ao PAEL - mais uma afirmação falsa. Em 2012 foi o ano de maior execução de obra: avenida Dom José Alves Correia da Silva, em Fátima; construção de quatro centros escolares. Pois, este ano a dívida atingiu esses valores porque houve obra em 2010, 2011 e 2012, além da dívida herdada e apesar da dívida herdada. -----

A dívida municipal registada de facto em 2009 era muito superior mas, desde logo, o executivo PS se propôs a baixa-la em 30%. Recordam-se? Ao dia de hoje, baixou mais de 70%. Resultados de 2015. As contas de 2012 já foram julgadas nas eleições de 2013. -----

Os vereadores do PSD dedicam-se a analisar também, de forma pouco rigorosa, as despesas de capital de 2007 a 2009 em comparação com as de 2013 a 2015, constatando que agora a despesa é maior. Era d 66 milhões e agora é só de 33. Grande descoberta! Pois se agora há obra e se entre 2007 e 2009 foram dois anos de marasmo total. Lembram-se dos 45 cartazes do PS que perguntavam pelas obras do PSD inscritas no orçamento para 2007, 2008 e 2009, que nunca viram a luz do dia. E porque haveria nessa altura tanta despesa se era um marasmo? Espanto foram os anos de despesas feitas nos anos de 2004 e 2009 porque houve eleições em 2005, exemplo parque linear e mercado. Mas, nesses anos houve maias alguma obra, perguntam V.<sup>ª</sup> Ex.<sup>ª</sup>s Eu respondo. Sim, houve. Houve a construção dos novos paços do



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

município que esgotaram as verbas restantes disponíveis e, por isso, em 2008, o PSD teve de recorrer ao PRED no valor de 13 milhões de euros. -----

Caros vereadores do PSD, o ilusionismo aqui não maravilha ninguém. -----

Poderia continuar a desmentir alínea a alínea, as informações de que quem aumentou o IMI foi o governo do PSD e PP. Assim como o aumento do IRS. O grande aumento de impostos.

Poderia afirmar, sendo rigoroso, que as contas de 2015 são de certeza as que melhor rácios de gestão apresentam nos últimos 15 anos, desmentindo mais uma vez uma certa tendência de leitura deturpada das contas mas julgo, senhores deputados, que a vossa inteligência, seriedade e racionalidade coíbem tal exercício. -----

Nestes termos exortava todos os grupos parlamentares que votassem favoravelmente o relatório de contas do município como manifestação de congratulação pela qualidade e rigor de gestão do executivo que muito honra a nossa tradição de pessoas rigorosas de trabalho e que gostam de atingir bons resultados. -----

Este bom trabalho é património de todos e para todos, os que hoje são o poder e dos que almejam sê-lo. -----

Bom trabalho e obrigado do Dr. Fernando Marques. Parabéns ao senhor Presidente.” -----

----- Tomando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhor HUMBERTO LUÍS FERRAZ ANTUNES, expôs o seguinte: “Tenho de criticar a postura do Dr. Gameiro, nomeadamente, quando faz referência a vereadores do PSD ou da Coligação que não se podem defender neste fórum. Lamento esta atitude.” -----

= JOÃO FILIPE MENDES DE OLIVEIRA, em nome do grupo municipal Por Ourém, expôs o seguinte: “Se fosse pela capacidade de síntese ao apresentar, em minutos, o resumo das mil e quinhentas páginas, eu até poderia votar a favor. Como o documento está muito para além da minha capacidade humana de análise, abstenho-me.” -----

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

----- Neste momento, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhor António Ribeiro Gameiro. -----

\*\*\*\*\*



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

\*\*\*

### **02.02 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS SOLICITADO PELA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS. -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do ofício n.º **8873**, datado de **2016.03.23**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2016.03.18, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, autorização para isentar a **União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais**, do pagamento das taxas inerentes ao processo de construção da casa mortuária, em Ribeira do Fárrio. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “3. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 411/2016, da **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS**, sediada na Rua Padre Feliciano de Oliveira, n.º 15, em Freixianda, daquela união de freguesias, deste Concelho, a requerer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao processo de construção da Casa Mortuária, em Ribeira do Fárrio. -----

A **Divisão de Gestão Urbanística**, ouvida sobre a pretensão, prestou a sua informação n.º 37/16, de 11 de março em curso, que se passa a transcrever: “A união das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, solícita a isenção do pagamento das seguintes taxas:

- Entrada de processo de licenciamento (taxa de apreciação); -----
- Emissão de parecer prévio não vinculativo; -----
- Entrada do pedido de autorização de utilização; -----
- Emissão de alvará de utilização. -----

Todas referentes ao processo nº 368/2015 - Pedido de parecer prévio não vinculativo, nos termos do nº 2 do art.º 7 do RJUE, para construção da Casa Mortuária. -----

**Dado à urgência de entrar o processo de construção da Casa Mortuária, foi cobrada a taxa de apreciação nos termos do art.º 77 da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas, no valor de 195,70. € -----**



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Quanto ao valor da taxa pela emissão de parecer prévio não vinculativo não nos é possível efectua os cálculos, dado que o processo ainda não se encontra aprovado. -----

Pela entrada do pedido de autorização de utilização e emissão de alvará de utilização, não sabemos quando é solicitada. -----

A pretensão enquadra-se nos termos do n.º 2 do art.º 34º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Ourém e nos termos do n.º 2 do artigo 16º da Lei n. 73/2013, de 03 de setembro, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios. -----

Deixa-se à consideração superior a decisão a tomar **quanto ao pedido de isenção de taxas apresentado e à devolução da taxa paga.**” -----

Em 15 também de março em curso, a **Senhora Vereadora Lucília Vieira**, exarou no processo o seguinte despacho: “O processo deverá ser remetido a reunião de câmara para deliberar concordar com a proposta e remeter à Assembleia Municipal. -----

À consideração superior”. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **De imediato, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **02.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS SOLICITADO PELA FREGUESIA DE SEIÇA.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do ofício n.º **11483**, datado de **2016.04.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2016.04.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º, da Lei n.º73/2013, de



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

03 de setembro, autorização para isentar a **Freguesia de Seiça**, do pagamento de todas as taxas inerentes ao processo de construção da casa mortuária, na sede de freguesia. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “1. PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXAS –

- Foi apresentado o ofício n.º 12, datado de 24 de fevereiro transato, da **FREGUESIA DE SEIÇA**, sediada na Estrada Nacional 113-1, n.º 57, em Seiça, deste Concelho, a requerer a isenção do pagamento das taxas inerentes à entrada de processo de construção de Casa Mortuária, naquela sede de freguesia, à emissão de alvará de obras e à respetiva licença de utilização. -----

A **Divisão de Gestão Urbanística**, ouvida sobre a pretensão, prestou a sua informação n.º 49/16, de 12 de abril em curso, que se passa a transcrever: “A freguesia de Seiça, solícita a isenção de todas as taxas inerentes ao pedido de parecer prévio não vinculativo, nos termos do n.º 2 do art.º 7 do RJUE, para construção da casa mortuária de Seiça que ira dar entrada na Câmara Municipal, sendo as seguintes:-----

- Entrada do parecer prévio (taxa de apreciação); -----
- Emissão de parecer prévio não vinculativo; -----
- Entrada do pedido de autorização de utilização; -----
- Emissão de alvará de utilização. -----

Dado que ainda não foi apresentado nenhum processo não nos é possível efetuar os cálculos das referidas taxas, à exceção da taxa de apreciação do processo nos termos do art.º 77 da Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas é de 196,50€, nesta data. -----

A pretensão enquadra-se nos termos do n.º 2 do art.º 34º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Ourém e nos termos do nº 2 do artigo 16º da Lei n. 73/2013, de 03 de setembro, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios. -----

À consideração superior”. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Naquele mesmo dia, a **Senhora Vereadora Lucília Vieira**, exarou no processo o despacho que de igual modo se transcreve: “O processo deverá ser remetido a reunião de câmara e AM no sentido de autorizar a isenção de todas as taxas decorrentes deste processo. -----

À consideração superior.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **De imediato, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TARIFA DE LIGAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE OURÉM, FREGUESIA DE SEIÇA.** -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do ofício n.º 11485, datado de **2016.04.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2016.04.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, autorização para isentar a **Freguesia de Seiça**, do pagamento da taxa, no valor de 521,13 euros, correspondente à ligação do edifício destinado a casa mortuária de Seiça ao coletor público da rede de drenagem de águas residuais. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TARIFA DE LIGAÇÃO AO SISTEMA -----

Foi apresentado o ofício n.º 12, datado de 24 de fevereiro transato, da **Freguesia de Seiça**, com sede na Estrada Nacional 113-1, n.º 57, em Seiça, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento da taxa correspondente à ligação do edifício destinado a Casa Mortuária de Seiça ao coletor público da rede de drenagem de águas residuais. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

O pedido encontra-se instruído com a informação n.º 206/16, datada de 11 do corrente mês, da **Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, a deixar à consideração superior a isenção do respetivo montante que ascende a 521,13€.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **De imediato, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### 02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS SOLICITADO PELA MONTAMORA SPORT CLUBE – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do ofício n.º 11479, datado de **2016.04.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2016.04.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, autorização para isentar a **Montamora Sport Clube – Associação Desportiva, Recreativa e Cultural**, do pagamento da taxa de todas as taxas inerentes ao processo n.º 313/2014 (regularização de alterações ao seu edifício sede), sito na rua Casalinho, n.º 41, em Amoreira – Fátima. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 600/2016, da **MONTAMORA SPORT CLUBE – Associação Desportiva, Recreativa e Cultural**, com sede na Rua Casalinho, n.º 41, na localidade de Amoreira, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, a requerer a isenção do pagamento de todas as taxas inerentes ao processo n.º 313/2014 (regularização de alterações ao edifício sede da associação), de que é titular. -----

Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Gestão Urbanística**, prestou a sua informação n.º 46/16, de 11 de abril em curso, que a seguir se transcreve: “A requerente solícita a isenção do



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

pagamento de todas as taxas referentes ao processo n.º 313/2014, de regularização das alterações do edifício da sede da associação, sendo as seguintes: -----

- Pela emissão de alvará de construção, considerando o processo já aprovado, estima-se o valor do alvará é de **258,19€, nesta data**; -----
- Pela entrada do pedido de autorização de utilização, **98,60€, nesta data**; -----
- Pela emissão de alvará de utilização, considerando o processo já aprovado, estima-se o valor de **50,70€, nesta data**. -----

**Sendo o valor total de 407,49€, nesta data.** -----

A pretensão enquadra-se nos termos do n.º 2 do art.º 34º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Ourém. -----

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 9.º do RMUETCUCO, as associações religiosas, culturais, desportivas e ou recreativas, legalmente constituídas, pelas actividades que se destinem, diretamente, à realização dos seus fins. -----

Nota: Foi junto cópia do Diário da República, com a publicação da constituição da associação. - À consideração superior a decisão a tomar.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **De imediato, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### 02.06 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO ACORDO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E O MUNICÍPIO DE SELÇUK, TURQUIA. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do ofício n.º **11486**, datado de **2016.04.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2016.04.15, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea t), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, autorização para a **geminção a firmar entre as cidades de Ourém e Selçuk – Turquia.** -----

----- Foi ainda remetido um exemplar da minuta do Acordo de Geminção entre o Município de Ourém, na República Portuguesa, e o Município de Selçuk, na República da Turquia, o qual, para melhor análise, foi enviado a todos os membros constituintes do plenário (ver processo arquivado). -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Senhor Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência** prestou a sua informação n.º 8/16, de 11 do corrente mês, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “Na sequência do convite oficial remetido pelo Município de Selçuk e no seguimento de acordo de cooperação existente entre ambas, pretendem agora os Municípios firmarem acordo de geminção (cuja minuta se anexa). Assim o Exmo. Senhor Presidente pretende deslocar-se àquela cidade turca de 02 a 05 de maio, cujo o programa previsto é o seguinte. -----

Dia 1 - Segunda-feira, 2 de maio de 2016 -----

Partida – aeroporto de Lisboa -----

Chegada a Izmir -----

Transfer Izmir - Selçuk -----

Alojamento em Selçuk -----

Dia 2 - Terça-feira, 3 de maio de 2016 -----

Dia em Selçuk -----

Receção na Câmara Municipal de Selçuk -----

Cerimónia de Assinatura do Protocolo -----

Tarde de Visita (conforme programa a propor pelo Município anfitrião) -----

Dia 3 - Quarta-feira, 4 de maio de 2016 -----

Dia de visitas e contactos (conforme programa a propor pelo Município anfitrião) -----

Dia 4 - Quinta-feira, 5 de maio de 2016 -----

Dia de regresso -----

Voo Izmir – Lisboa -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Remete-se à consideração superior: -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **De imediato, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### 02.07 – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA OBRA DE BENEFICIAÇÃO DO CRUZAMENTO ENTRE A E.R.349 E A E.M.523, EM VENTELHARIA – OLIVAL. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do ofício n.º 11217, datado de 2016.04.14, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2016.04.01, solicitando, a este órgão deliberativo, o seguinte: -----

- Revogue a respetiva deliberação tomada em sessão ordinária deste órgão de 26 de fevereiro de 2015. -----
- Reconheça de interesse público municipal a **beneficiação do cruzamento entre a E.R.349 e a E.M.523 em Ventelharia – Olival**, considerando a informação técnica n.º 15/2016 prestada pela Divisão de Gestão Urbanística. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao assunto mencionado em título, na reunião de 16 de janeiro de 2015, na presença da informação n.º 2/15, datada de 13 desse mesmo mês, então prestada pela Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, a Câmara deliberou solicitar à Assembleia Municipal a emissão de declaração de interesse público municipal, atendendo à necessidade urgente de alargamento da via com consequente requalificação do cruzamento em questão e bem assim remeter o processo à Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território (à data assim designada) para providenciar junto da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo as respetivas autorizações.



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo acompanhado com a informação n.º 15/16, de 03 do mês findo, da **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, que a seguir se reproduz na íntegra: “Na sequência da Beneficiação da EM 523 na ligação com a ER 349 foi elaborada a minha informação n.º 2/2015/DGU/579. -----

Deu entrada (registo n.º 28049/2015 de **17/11/2015**) de um e-mail por parte a União das Freguesias de Gondemaria e Olival a alertar *“para o facto de só ter sido contemplada uma das duas habitações necessárias para a realização da obra. Nesse sentido solicitava que os serviços do município desenvolvessem procedimento para a habitação em falta.”* -----

Com esta nova pretensão, a informação interna n.º 2/2015/DGU/579, que abaixo se transcreve em alguns dos seus pontos passa a ter uma nova redação: -----

### **Informação Interna n.º 2/2015/DGU/579** -----

- Pretende-se a beneficiação de um troço junto ao cruzamento entre a ER 349 e a EM 523 em Ventilharia; -----
- Para a referida obra é necessário o alargamento da actual faixa de rodagem para 6 (seis) metros conforme estudo prévio anexo à informação acima referida; -----
- O alargamento da faixa de rodagem implica a demolição de uma construção existente e demolição parcial de outra construção (ver folha 00.03 – Planta de RAN e folha 01.02 – planta de trabalho); -----

**Nova redação do ponto anterior:** *O alargamento da faixa de rodagem implica a demolição de duas construções existentes (ver folha 00.03 – Planta de RAN de Janeiro de 2016 e folha 01.02-Planta de trabalho de Janeiro de 2016.);* -----

- A “condicionante” para a cedência das áreas para o alargamento, é a construção de um novo edifício que se propõe com um afastamento de 8 (oito) metros ao eixo da via (ver folha 01.02 – planta de trabalho); -----

**Nova redação do ponto anterior:** *“A condicionante” para a cedência das áreas para o alargamento é a construção de dois novos edifícios onde se propõe um afastamento de 8 (oito) metros ao eixo da via (ver folha 01.02- Planta de trabalho de Janeiro 2016);* -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

- O edifício a “relocalizar” terá a mesma área de implantação, a mesma volumetria do edifício existente a demolir e manterá a mesma utilização; -----

**Nova redação do ponto anterior:** *Os edifícios a “relocalizar” terão a mesma área de implantação a mesma volumetria dos edifícios existentes a demolir e deverão manter a mesma utilização.* -----

- O novo perfil da via (alargamento) incide apenas sobre o terreno aqui em causa (ver folha 00.03 – Planta de RAN e folha 01.02 – planta de trabalho); -----

Na sequência do acima referido foi exarado despacho da Sr.<sup>a</sup> vereadora: -----

“À DGU para se pronunciar quanto ao solicitado”, pelo que se informa: -----

### **1. Da parcela:** -----

1.1. Ao analisar a imagem abaixo, e consultando o MuniSIG, assim como o limite apresentado pela DEP (folha 00.04 – Limite da Parcela), a mesma tem uma área aproximada de **26 500m<sup>2</sup>**;



Extrato da carta de ordenamento de RAN e de REN

1.2. Não é referida qualquer licença de construção na parcela, pelo que analisando as fotografias (desenho 00.00) poderá concluir-se que a construção aqui em causa poderá ser anterior a 1970, enquadrando-se na Deliberação de Câmara de 19/12/2005, portanto isenta de licença de construção. Contudo seria conveniente juntar a este processo documento comprovativo da data de construção. -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

**Nova redação do ponto anterior:** Não é referida qualquer licença de construção na parcela, pelo que analisando as fotografias (desenho 00.00) poderá concluir-se que as construções aqui em causa poderão ser anterior a 1970, enquadrando-se na Deliberação de Câmara de 19/12/2005, portanto isenta de licença de construção. Contudo seria conveniente juntar a este processo documento comprovativo da data de construção. -----

### **2. Do PDM do Ourém:** -----

2.1. A parcela insere-se em Espaço Agro-Florestal, Espaço Agrícola, com condicionante de RAN, REN e linhas de água; -----

2.2. Pretende-se a demolição da construção existente e a construção de uma nova edificação com as mesmas características da existente em Espaço Agro-Florestal - sem condicionantes (ver folha 00.03 – Planta de RAN); -----

**Nova redação do ponto anterior:** Pretende-se a demolição das construções existentes e a construção de duas edificações com as mesmas características das existentes em Espaço Agro-Florestal sem condicionantes e em Espaço Agrícola com condicionante da Reserva Agrícola Nacional. -----

**Nota:** Verifica-se aqui que a construção agora pretendida está abrangida por Reserva Agrícola Nacional, assim como próxima de uma linha de água, situação que não acontecia na pretensão inicial. (ver folha 00.03 – Planta de RAN de Janeiro de 2016) -----

2.3. De acordo com o artigo 57.º do RPDMO é possível a edificação de habitação em Espaço Agro-florestal, contudo a parcela deve ter no mínimo 4ha; -----

2.4. Não tendo a parcela área mínima edificável, de acordo com o n.º 1 do artigo 60.º do RPDMO, é permitida a reconversão das edificações existentes, dentro dos usos edificáveis compatíveis com os usos do solo permitidos na secção VIII, do mesmo regulamento; -----

2.5. Sempre que não seja observada a dimensão mínima de parcela edificável para novas edificações, a área de implantação, a área de construção e a volumetria preexistentes podem sofrer ajustamentos desde que não resultem aumentos superiores a 10% dos valores preexistentes. Na nova redacção desta norma, resultante da alteração ao PDM em curso, esta percentagem é de 30%; -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

**Nova redação do ponto anterior:** Sempre que não seja observada a dimensão mínima de parcela edificável para novas edificações, a área de implantação, a área de construção e a volumetria preexistentes podem sofrer ajustamentos desde que não resultem aumentos superiores a 30% - Aviso n.º 460 de 2/2015; -----

### **3. Do RJUE (DL 555/99 de 12/12 com a redacção do DL 136/2014 de 09/09)** -----

3.1. De acordo com a planta de trabalho 01.02 pretende-se a demolição da construção existente, por força da intervenção aqui em causa, e a construção de uma nova edificação com as mesmas características da existente; -----

**Nova redação do ponto anterior:** De acordo com a planta de trabalho 01.02 janeiro 2016 pretende-se a demolição das construções existentes, por força da intervenção aqui em causa, e a construção de duas novas edificações com as mesmas características das existentes; -----

3.2. Caso não houvesse interesse por parte da Câmara no alargamento da EM 523, o proprietário da construção poderia intervir na mesma, podendo usufruir do princípio da garantia do existente, exposto no artigo 60.º do RJUE – “As edificações construídas ao abrigo do direito anterior e as utilizações respectivas não são afectadas por normas legais e regulamentos supervenientes”. As licenças de obras de reconstrução ou de alteração destas edificações não podem ser recusadas com fundamento em normas legais ou regulamentares supervenientes à construção originária, desde que tais obras não agravem ou originem desconformidades com as normas em vigor, ou tenham como resultado a melhoria das condições de segurança e de salubridade da edificação (nos termos do n.º 2 do artigo 60.º do RJUE); -----

3.3. Contudo é “condicionante” (entende-se aqui como a exigência por parte do proprietário do terreno, para a cedência da área para o alargamento da via), uma nova construção idêntica à existente, conforme planta de trabalho 01.02. Esta construção já não se enquadra no conceito de “reconstrução”, mas sim “obra de construção”, perdendo-se aqui o princípio da garantia do existente, contemplado no artigo 60.º do RJUE; -----

**Nova redação do ponto anterior:** Contudo é “condicionante” (entende-se aqui como a exigência por parte do proprietário do terreno, para a cedência da área para o alargamento da via), duas novas construção idênticas às existentes, conforme planta de trabalho 01.02. janeiro



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

2016. Estas construções já não se enquadram no conceito de “reconstrução”, mas sim “obras de construção”, perdendo-se aqui o princípio da garantia do existente, contemplado no artigo 60.º do RJUE; -----

3.4. No entanto ao analisar o estudo prévio elaborado por parte da DEP, verifica-se que se pretende a beneficiação da EM 523, melhorando a infra-estrutura pública, criando uma melhor relação entre espaço publico e espaço privado, dado que a construção existente deixa de estar ao limite da plataforma da estrada, ficando mais afastada caso a edificação venha a ser construída conforme proposto na planta de trabalho 01.02. -----

**Nova redação do ponto anterior:** No entanto ao analisar o estudo prévio elaborado por parte da DEP, verifica-se que se pretende a beneficiação da EM 523, melhorando a infra-estrutura pública, criando uma melhor relação entre espaço publico e espaço privado, dado que as construções existentes deixam de estar ao limite da plataforma da estrada, ficando mais afastadas caso as edificações venham a ser construídas conforme proposto na planta de trabalho 01.02. janeiro 2016. -----

3.5. Julga-se que, com esta intervenção, possa haver por parte da câmara um entendimento de interesse publico municipal, que embora a nova construção não se enquadre no conceito de reconstrução, nos termos do RJUE, a mesma poderá ser edificada conforme proposto, dado que resulta daqui um beneficio público, considerando a realidade no local. -----

**Nova redação do ponto anterior:** Julga-se que, com esta intervenção, possa haver por parte da câmara um entendimento de interesse publico municipal, que embora as novas construções não se enquadre no conceito de reconstrução, nos termos do RJUE, as mesmas poderão ser edificadas conforme proposto, dado que resulta daqui um beneficio público, considerando a realidade no local. -----

3.6. Caso seja aceite por parte da câmara a proposta apresentada pela DEP, a construção pretendida carece de controlo prévio nos termos do artigo 4.º do RJUE, devendo a mesma conformar-se com as normas legais e regulamentares aplicáveis a esta pretensão. -----

**Nova Redação do ponto anterior:** Caso seja aceite por parte da câmara a proposta apresentada pela DEP em Janeiro de 2016, as construções pretendidas carecem de controlo



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

prévio nos termos do artigo 4º do RJUE, devendo as mesmas conformar-se com as normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o enquadramento no Regime Jurídico da RAN DL n.º 73/2009 de 31 de Março e sujeita a servidão administrativa prevista no art.º 21º da lei 54/2005 de 15 novembro, na redação da Lei 34/2014 de 19 de Junho, devendo solicitar autorização do domínio hídrico por parte da Agencia Portuguesa do Ambiente, I.P. -----

À consideração superior o teor da presente informação, nomeadamente as novas redações dos pontos 3.5 e 3.6.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Face ao exposto, a Assembleia Municipal entendeu, por unanimidade:** -----

----- **Revogar a deliberação tomada em sessão ordinária deste órgão de 26 de fevereiro de 2015.** -----

----- **Reconhecer de interesse público municipal a beneficiação do cruzamento entre a E.R.349 e a E.M.523 em Ventelharia – Olival, considerando a informação técnica n.º 15/2016 prestada pela Divisão de Gestão Urbanística.** -----

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **02.08 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL.** -----

----- Foi remetido, pelo município, o ofício n.º **9473**, datado de **2016.03.30**, solicitando a este órgão deliberativo, nos termos da alínea e), do ponto 4, do artigo 157.º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, a eleição de um **representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal.** -----

----- Questionados os representantes dos grupos municipais, com assento neste órgão deliberativo, verificou-se a seguinte intervenção: -----



## MUNICÍPIO DE OURÉM

Assembleia Municipal

= **ALBERTO JOSÉ PIRES CAVEIRO**, em nome do grupo municipal Socialista, propôs o Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, senhor Fernando Dias Silva, dado ser ele que exerce estas funções no momento. -----

----- Todos os representantes de grupo municipal com assento neste órgão deliberativo concordaram com a proposta. -----

----- Assim, foi submetida a votação do plenário a proposta com o nome do Presidente da Junta de Freguesia de Caxarias, senhor Fernando Dias Silva. -----

----- Seguidamente, procedeu-se à votação nominal dada a anuência do plenário, por unanimidade, conforme previsto no artigo 24.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- **Face ao exposto, foi eleito, por unanimidade, o PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE CAXARIAS, senhor Fernando Dias Silva.** -----

----- A ata foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

\*\*\*\*\*

\*\*\*

### **02.09 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à respectiva inscrição, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

\*\*\*\*\*

\*\*\*

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu esta por encerrada, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e bem assim pelo Primeiro Secretário e Segundo Secretário. -----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO



**MUNICÍPIO DE OURÉM**  
Assembleia Municipal

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO